

01-0677/2007

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: PL 677/07

1ª - 30/11/07 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª - 25/03/08 - COMISSÃO DE FINANÇAS E C

COMISSÃO DE JUSTIÇA
E C

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI 01 - 0677 / 2007 DE 2007

MATÉRIA LEGISLATIVA: PL 01 - 0677 / 2007 DE 03/10/2007

PROMOVENTE: VEREADOR PAULO FIORILO

EMENTA: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO E A PROTEÇÃO DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO EXERCÍCIO DAS SUAS ATIVIDADES.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
10/1/2011 09:40:45

00000056757-40



ARQUIVADO EM / /

CHEFE DE SEÇÃO

Materia PL 677/2007 - DANIEL MARTINS GODOI

Folha nº 01 do prots. 1
Nº 677 de 07

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
Paulo RF. 100.405



Câmara Municipal de São Paulo R\$. 100.405

LIDO HOJE PRO

AS COMISSÕES DE 1 DE JULHO 2007

cont. cont. e chag. para a patria

de monumentos publicos

francês Transp. e 4.100

francês e 20.000

10

PRÉSIDENTE

PROJETO DE LEI Nº

01 - PL
01-0677/2007

RE DE PHARMACIAÇÃO

Dispõe sobre a instituição de Gratificação de Serviço e a proteção dos agentes de fiscalização de trânsito no exercício das suas atividades.

10 OUT 200

SGP 42

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO

05 DEZ 2007

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO APROVA

~~PRESIDENTE~~

CAPÍTULO I – DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO

Art. 1º. Fica instituída a *Gratificação de Serviço* a ser concedida aos agentes de fiscalização de trânsito devidamente credenciados pela autoridade de trânsito do Município de São Paulo, nos termos do Art. 280, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro, que tenham a fiscalização do trânsito como atividade rotineira e principal.

§ 1º – A gratificação prevista neste artigo será devida aos agentes de fiscalização de trânsito que sejam servidores civis, estatutário ou contratado sob as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, integrantes do quadro permanente de servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, a atividade do agente de fiscalização de trânsito é considerada penosa.

Art. 2º - O percentual da gratificação de que trata esta lei será de 12% (doze por cento) dos vencimentos ou remuneração do agente de fiscalização de trânsito e será computada para o cálculo de 13º salário e férias.

ENCLOSURE - 50 PAGES

03-01-2007-15:51-01197

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 2.215
Em 16.10.107
Ass: _____

CO

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
▲ **Registro 100.406**



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 09:00:00.
Folha nº 02 do proc. fls. 3
Nº 677-2007-02

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

CAPÍTULO II – DA PROTEÇÃO EM SERVIÇO

Art. 3º. A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET prestará atendimento jurídico integral a todos os agentes de fiscalização de trânsito que forem integrantes do quadro permanente de servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, vítimas de conflitos ou acidentes sofridos em razão da sua função, dentro ou fora do expediente regular de trabalho.

§ 1º. Entende-se por atendimento jurídico o acompanhamento integral aos servidores nas esferas administrativas e judiciais, em ações cíveis ou penais, até o trânsito em julgado da sentença.

§ 2º. Inclui-se no atendimento jurídico integral o ajuizamento de ações cíveis e penais que visem ao ressarcimento dos eventuais danos, materiais ou morais, sofridos pelo agente de fiscalização de trânsito exercício de sua atividade.

§ 3º. A CET manterá no seu quadro funcional advogados em número suficiente para o cumprimento desta lei.

Art. 4º. Fica assegurado ao agente de fiscalização de trânsito atendimento médico e psicológico para tratamento de traumas sofridos no exercício de sua atividade.

Parágrafo único. O atendimento previsto neste artigo compreende também o necessário para a eliminação de eventuais seqüelas pós-traumáticas.

Art. 5º. Os atendimentos jurídico, médico e psicológico, previstos nesta lei, serão custeados integralmente pela CET, vedado qualquer tipo de desconto do servidor para esta finalidade.

Art. 6º. Para garantir a segurança dos agentes de trânsito do órgão



Câmara Municipal de São Paulo

executivo de trânsito do Município de São Paulo, a CET implementará sistema de comunicação que integre todas as estações operacionais com canal aberto, sem exclusões de outros meios adicionais de comunicação.

Art. 7º. Sempre que necessário para garantir a segurança, os agentes de fiscalização de trânsito deverão cumprir sua jornada de trabalho em dupla.

Parágrafo único. O exercício da atividade em dupla é obrigatório sempre que os serviços forem executados no período noturno e nos casos previstos em Convenção Coletiva de Trabalho.

Capítulo III – Das Disposições Finais

Art. 8º. As despesas, decorrentes da execução desta lei, serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

PAULO FIORILO

Vereador



JUSTIFICATIVA

Os agentes de fiscalização de trânsito do Município de São Paulo, conhecidos popularmente como “marronzinhos”, são servidores ligados ao Município e contratados por meio de concurso público pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.

A figura destes agentes de fiscalização de trânsito se tornou conhecida da população paulistana no ano de 1991, em que o Estado de São Paulo, que gerenciava o trânsito no âmbito do Município de São Paulo por força do antigo Código Nacional de Trânsito, delegou ao Município de São Paulo as atividades de fiscalização do trânsito por meio de convênio. A fiscalização passou a ser realizada pelos agentes da CET.

Com a instituição do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, por meio da Lei n.º 9.503/97, que passou a vigor no início de 1998, o trânsito foi municipalizado (artigos 5º e 24, CTB), razão pela qual o convênio anteriormente celebrado perdeu seu objeto.

A inovação jurídica fez com que o Município de São Paulo, por meio do Decreto n.º 37.293, de 27 de janeiro de 1998 credenciasse o Departamento de Operações do Sistema Viário – DSV, como órgão executivo de trânsito do Município (art. 1º do Decreto n.º 37.293/98), e autorizou a contratação da CET, com exclusividade, para exercer as atividades previstas no art. 24, do CTB (art. 3º do Decreto n.º 37.293/98), entre elas, a fiscalização do trânsito.

Assim, os agentes de fiscalização de trânsito são contratados pela CET, após concurso público e seleção que afere o potencial de cada candidato no desempenho das atividades de fiscalização.

Referidos agentes fiscalizam uma frota atual de 5,4 milhões de veículos registrados no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, contribuindo



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha nº	05	do proc.	fls. 6
Nº	677	de 07	

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

diretamente para a diminuição do número de acidentes e mortes no trânsito, haja vista que com a instituição do CTB e a atuação eficaz na fiscalização do trânsito, os índices demonstram esta diminuição.

Ocorre que no exercício da sua função de agente de fiscalização de trânsito, o servidor se relaciona diretamente com os munícipes fiscalizados e autuados, fato que o expõe ao risco potencial de ser agredido, desacatado, roubado e constantemente.

Os diversos tipos de agressão cometidos contra os agentes de fiscalização de trânsito no exercício da suas funções, caracterizam a penosidade de sua atividade, uma vez que os agentes de fiscalização de trânsito trabalham sob pressão permanente, fato que gera *stress* e abala sobremaneira a vida do servidor, deixando-o invariavelmente com seqüelas psíquicas.

Ressalta-se que a Constituição Federal, no seu art. 7º, XXIII, ao lado das atividades insalubres e perigosas, contemplou os serviços penosos, ou seja, aqueles trabalhos que causam incômodo ou sacrifício. Assim, são penosas as atividades geradoras de desconforto físico ou psicológico.

Nesse rumo, o legislador da Emenda Constitucional n.º 19/98, que alterou a redação do § 3º do art. 39 da Constituição Federal, ao suprimir a referência ao inciso XXIII do art. 7º do mesmo texto constitucional, que dispõe sobre o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas dos trabalhadores em geral, não teve a intenção de excluir do servidor público esse direito, mas apenas devolver competência ao legislador inferior, até porque o federalismo que foi implantado em 1988 faz independentes as administrações públicas das várias esferas governamentais.

Desse modo, visando contemplar seus agentes de fiscalização de trânsito em harmonia com a norma constitucional, os Municípios de Sobral, Várzea Alegre, Pelotas, São José dos Campos, Jacareí, Palmas, Caraguatatuba, Anápolis, Manaus, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Campina Grande, Cachoeiro do Itapemirim, Goiânia, João Pessoa, Aracaju, Salvador e Itapetininga, dentre outros,



Câmara Municipal de São Paulo

atuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 06 do proc. 15.7
Nº 677-0007

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar

100.406

regulamentaram a gratificação em proporções razoáveis a cada Administração. Destas, destaca-se as legislações anexas.

Importante citar que os argumentos relativos aos riscos inerentes da atividade de agente de fiscalização de trânsito que ensejam o recebimento da gratificação proposta, encontram amparo no documento editado pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO denominado "DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES", que reconhece a atividade do agente de trânsito sob o código n.º 5172-20, e descreve, sumariamente, que tais servidores *"...mantém a fluidez e a segurança do trânsito urbano e rodoviário; fiscalizam o cumprimento das leis de trânsito"*, e detalha que nas condições gerais do exercício da função *"Trabalham em ambiente fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diurnos e noturnos, em revezamento de turno e em horários irregulares. Estão sujeitos a trabalho sob pressão, levando-os a situação de estresse. Permanecem em pé por longos períodos. Podem ser expostos a materiais tóxicos e ruído intenso. Os agentes de trânsito podem trabalhar em grandes alturas"*.

Atualmente, é grande o número de agentes de fiscalização de trânsito que estão afastados do trabalho em razão dos fatos aqui narrados. Quase a totalidade dos afastamentos decorrente por *stress*, gerando seqüelas físicas e emocionais ao profissional e um custo financeiro e social altíssimo para a população.

Por todo o exposto, a gratificação proposta objetiva recompensar o agente de fiscalização de trânsito do sofrimento gerado pelo exercício da atividade penosa que executa, amplamente reconhecida pelo Ministério do Trabalho, pela jurisprudência e pela doutrina, além de já estar regulamentada por diversos entes da federação. Assim, esperamos que a Câmara Municipal de São Paulo aprove o presente Projeto de Lei para garantir a gratificação aos servidores que, no exercício da atividade de agentes de trânsito garantem a fluidez e a segurança das vias do Município de São Paulo.

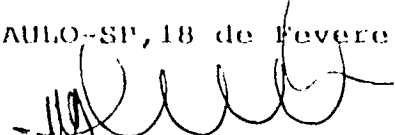


SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO Cons - Ass. Parlamentar
Dependência : 34^o DELEGACIA DE POLÍCIA
RO : 918/97

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 07 do proc. fs. 8
Nº 677 de 07
000006/

REGISTRE-SE, AUTUE-SE,
INSTAURE-SE I.P.

S.PAULO-SP, 18 de Fevereiro de 1997


MARTHA ROCHA DE CASTRO
Autoridade

AUTO DE PRISAO EM FLAGRANTE

As 16:36 horas do dia 18 do mês de Fevereiro do ano de 1997 nesta cidade de S.PAULO-SP, na sede da 34^o DELEGACIA DE POLICIA, onde presente estava o doutor MARTHA ROCHA DE CASTRO, Delegado de Policia, comigo, Escrivão de Policia de seu cargo, ao final nomeado e assinado, aí compareceu o Senhor CONDUTOR, adiante qualificado, conduzindo o preso CICERO BARBOSA DA SILVA, o qual foi dado voz d prisao pela Autoridade que preside o presente auto, pela prática de HOMICIDIO, em 18/2/1997, às 15:00 horas, na rua Jose Marmol, nr. 117, onde o mesmo se encontrava, tendo como vitima Vagner de Jesus Freitas. Convicta do estado de flagrância e, após informar ao(s) preso(s) sobre seus direitos individuais, garantidos pela Constituição Federal, dentre os quais os de permanecer calado, ter assistência de familiar e de advogado de sua confiança, e conhecer o nome do autor de sua prisão, a Autoridade Policial, identificando-se como responsável por seu interrogatório, determinou a lavratura do presente auto de prisão em flagrante. Providenciada a incomunicabilidade das testemunhas, a Autoridade convocou o CONDUTOR E PRIMEIRA TESTEMUNHA CONDUTOR, Marcos Bianchini, nasc. 04.05.66, natural Sao Paulo/Capital, filho de Guerrino Bianchini e de Argir Zangelmi Bianchini trabalhando neste 34^o distrito policial. sabendo ler e escrever. As de costume, disse: "nada". Testemunha compromissada na forma da lei, prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Inquirida pela Autoridade, respondeu que: Que, na data de hoje, por volta das 09h30min, o depoente quando aqui presente neste Distrito tomou conhecimento de um homicidio cometido na area desta unidade, onde um individuo teria desferido tiros em um operador de tráfego, conhecido por marronzinho e que este veio a obito; Que, o depoente, após passar as informacoes a esta autoridade foi determinado por ela que dirigisse até o local, ou seja, ate a residencia de um suposto homicida porque uma testemunha no momento da perpetracao do crime

*** CONTINUA ***



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dependência : 34^o DELEGACIA DE POLÍCIA

BO : 918/97

Folha nº 02 do proc. N° 677 de 07
autuado em 30/09/2015 09:00:00. fls. 9

pela Autoridade, respondeu que: Que, na data de hoje, por volta das 09h30min, o depoente quando aqui presente neste Distrito tomou conhecimento de um homicídio cometido na área desta unidade, onde um indivíduo teria desferido tiros em um operador de tráfego, conhecido por marronzinho e que este veio a óbito; Que, o depoente, após passar as informações a esta autoridade foi determinado por ela que dirigisse até o local, ou seja, até a residência de um suposto homicida porque uma testemunha no momento da perpetração do crime teria anotado a placa do veículo utilizado pelo homicida, placas estas CEF-9602-Sp., um Fiat Premio e através do terminal junto ao Detran, ficou determinado como sendo proprietário do referido veículo o sr. Cicero Barbosa da Silva, residente a rua Jose Marmol, nr. 117 - jd. Klein, São Paulo; Que, o depoente acompanhado de seu colega Edison ao chegarem no local, constataram a presença de policiais militares que estavam preservando o local, onde os mesmos teriam se dirigido até o local após o crime no sentido de prender o suspeito; Que, o depoente permaneceu no local haja vista que a autoridade Policial requereu junto ao Juiz do Dipo., mandado de busca e apreensão domiciliar e que fosse realizada na residência do proprietário do veículo, enquanto o depoente permanecia nos arredores da residência do Sr. Cicero no sentido de localiza-lo e identifica-lo, recebeu uma informação através do próprio filho Claudenor Barbosa Ciriaco da Silva, que seu pai era o proprietário do veículo que estava estacionado na garagem de sua residência e que ele havia trabalhado na noite anterior e que prestava serviço junto a uma Secretaria do Governo, exercendo a função de motorista; Que, no local os familiares de Cicero, no sentido de ajuda-los permitiu que o depoente juntamente com outra testemunha Investigador de Polícia Edison Molizini, adentrasse em sua residência e onde foi informado que em sua residência Policiais Militares já estavam pelo local e teriam feito uma revista preliminar, mas nada encontrando; Que, o depoente permaneceu no local das 10h30min, até as 14h00min, aproximadamente, quando ouviu um barulho no forro do banheiro percebeu ao olhar para cima que havia um indivíduo escondido e que após foi identificado que se tratava de Cicero Barbosa da Silva; Que, o depoente determinou que o mesmo descesse do forro para verificar se realmente tratava-se da mesma pessoa que havia cometido o homicídio; Que, antes de descer Cicero falou que ele havia atirado no "marronzinho", porque este havia lhe tratado muito mal num cruzamento, contando que no cruzamento ele havia tirado o cinto de segurança para arrumar a embreagem do carro que dirigia, ou seja, o Fiat Premio, de sua propriedade, quando foi interpelado por esse "marronzinho", onde este dizia que Cicero estava mentindo e que todos mentiam, e maneira ríspida acabando por atirar contra ele, mas não dando maiores explicações; Que, Cicero disse ao depoente que tinha uma arma sem porte e que a usava para se defender de possíveis ataques de meliantes do próprio bairro; Que, em especial usava arma

*** CONTINUA ***



porque teria denunciado um contrabandista de cigarros do Paraguai e que estava sendo ameaçado por ele e que segundo o próprio Cicero, fato este registrado numa Delegacia e que causou também que ele remetesse um ofício ao Sr. Governador relatando o fato; Que, logo após, Cicero foi convencido de sair do forro do banheiro, sem mostrar qualquer resistência falando sobre a razão que teria ele desferido os tiros contra a vítima e em seguida a autoridade Policial que preside o auto compareceu na residência de Cicero acompanhada pelo Delegado de Polícia Assistente, Severino Pereira de Vasconcelos e o Investigador de Polícia Emerson Batista Pinto, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão domiciliar expedido pelo juiz competente, inclusive na presença também de suas testemunhas que acompanharam todas as diligências realizadas na casa de Cicero, como também a voz de prisão dada pela autoridade ao indivíduo Cicero Barbosa da Silva, após se identificar como se tratava da própria pessoa, Cicero; Que, após o término da busca e apreensão domiciliar o depoente juntamente com Edison conduziram as duas testemunhas Fernando e Jenilson para esta Delegacia e numa viatura e em outra viatura Cicero foi conduzido preso juntamente com o Delegado Severino e o investigador Emerson; Que, pela Autoridade foi informado e foi determinado que segundo Cicero ele teria jogado a arma do crime na marginal do rio Pinheiros, próximo a usina hidrelétrica da traicao, razão pela qual todos passaram pelo local em busca de localizar a referida arma, mas nada foi encontrado, e em seguida o depoente e os demais se dirigiram até esta Distrital onde Cicero seria autuado em flagrante delito; Que, o depoente gostaria de acrescentar que Cicero disse-lhe que utilizou uma arma de fogo calibre 32, não sabendo esclarecer a marca; Que, o depoente esclarece que compareceu também no local, onde foi feito a perícia e após o término dessa perícia, a polícia militar se retirou do local, permanecendo apenas o depoente e seu colega. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. A seguir, passou a Autoridade a inquirir a

SEGUNDA TESTEMUNHA Edison Molizini, natural de São Paulo/SP nas.25.05.59, filho de Guerino Molizini e de Esther Cunha Molizini, exercendo suas funções na sede do Decap. Sabendo ler e escrever. As de costume, disse: " nada ". Testemunha compromissada na forma da lei, promete dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Inquerita pela Autoridade, respondeu que: Que, o depoente se encontrava na data de hoje, por volta das 10h00hrs. nesta Delegacia, quando tomou conhecimento através da Autoridade que preside o feito que havia ocorrido um homicídio praticado por um indivíduo que utilizava um veículo marca Fiat/Premio, placas CEF-9662-Sp. e que se encontrava na residência de seu proprietário, ou seja, Cicero Barbosa da Silva, a rua Jose Marmol, nr. 117, e como outra equipe estava empenhada na localização do possível suspeito a autoridade requisitou o seu serviço, juntamente com o investigador Marcos Bianchini, que dirigissem até a residência do suspeito para saber se

*** CONTINUA ***



realmente t tratava-se da pessoa de Cicero que teria cometido o homicídio contra " marronzinho", uma vez que havia muita repercussão em torno desse crime; Que, o depoente no sentido de auxiliar o seu colega Marcos dirigiu-se a residência de Cicero ,encontrando no local policiais militares que estavam preservando o local e la permaneceu entre 10h30hrs as 15h00 hrs, realizando buscas pelo local , nas imediações quando no sentido de localizar o suspeito de nome Cicero; Que, por volta das 14h00min, o seu colega Marcos conseguiu ouvir um barulho no forro do banheiro dessa residência, identificando logo a seguir que se tratava da pessoa de Cicero Barbosa da Silva; Que, o depoente, ouviu do próprio Cicero que havia atirado contra o " marronzinho", pois teria lhe ofendido e aplicado-lhe uma multa indevida por estar usando o cinto de segurança e que no calor da discussão desferiu tiros contra ele;Cicero dizia que gostaria de falar a imprensa, para que fosse dado a sua versão aos fatos; Que, Cicero foi convencido a descer do forro do banheiro e nesse interim o depoente foi informado que a autoridade policial ja estava se dirigindo ao local para realização da busca e apreensão domiciliar expedido pelo juiz competente; Que, o depoente informa que alem de permanecer no local na tentativa de localizar e identificar Cicero, o proprio filho deste solicitou ao depoente e seu colega que aguardasse a vinda de um tio deste, para que ficasse acompanhando um filho de Cicero, o qual e doente mental e nem sua ao poderia permanecer sozinho na residência e apos vir ate o Distrito para dar maiores informacoes sobre seu pai, onde ja havia informado que se tratava de funcionario publico, exercendo a funcao de motorista junto ao Palacio de Governo, Secretaria de Assuntos Estrategicos; Que, em nem um momento Cicero mostrou resistencia a acao policial, se mostrando inclusive a falar; Que, o depoente foi informado tambem por Cicero que havia utilizado-se de uma arma calibre 32, sem procedencia legal para cometer o crime e apos jogou-a na marginal do rio Pinheiros, quando estava indo em direcao a sua residencia; Que, o depoente apos a presenca desta Autoridade Policial ao local, juntamente com o Delegado Dr. Severino e o investigador Emerson procedeu a busca domiciliar, em cumprimento ao mandado de busca, tudo de acordo com a lei, onde tambem se fizera acompanhar da busca as testemunhas Jenilson e Fernando que foram convocadas pela Autoridade para tudo presenciar, inclusive que nao houve coacao ou violencia quando da prisao de Cicero e da busca domiciliar; Que, o depoente, por determinacao desta autoridade passaram pelo local em que Cicero teria ter jogado a arma por ele utilizada, ou seja, na marginal do rio Pinheiros, proximo a Usina Hidreletrica da traicao e que procedida as busca pelo local, nada foi encontrado, razao que todos dirigiram para esta Delegacia onde Cicero seria autuado em flagrante delito por ter praticado crime de homicidio contra a vitima Vagner de Jesus Freitas; Que, o depoente gostaria de salientar que ao chegar no local e conversar com a

*** CONTINUA ***



mulher que se identificou como esposa de Cicero que os policiais militares já haviam entrado em sua residência com o seu consentimento e procedido busca pelas dependências, mas nada também foi encontrado, razão esta, que disse ao depoente que não havia necessidade de proceder outra busca; Que, gostaria também de salientar o depoente, que toda a família de Cicero foram cordiais e facilitar o trabalho dos policiais, tratando-se de família humilde. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. A seguir, convocou a Autoridade a TERCEIRA TESTEMUNHA Fernando Robson Prado, filho de Paulo do Prado e de Carolina M. da Silva Prado, nascido em 28.04.70 em São Paulo residente a rua Jose Marmol, 39 Jd.kleim. Sabendo ler e escrever. As de costume, disse: " nada ". Testemunha compromissada na forma da Lei, prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Inquerida pela Autoridade Policial, respondeu que: Que, na data de hoje, por volta das 15h00min, compareceram na rua Jose Marmol, os Delegados de Polícia que se identificaram devidamente, sendo uma a autoridade a que preside o auto e outro um delegado o qual não se recorda o nome dos mesmos, solicitando ao depoente que acompanhasse a busca e apreensão domiciliar que seria realizada na casa de Cicero, razão que só veio a saber após a realização da mesma; Que, juntamente com o depoente, esta autoridade policial determinou que outra testemunha vizinha também acompanhasse na busca; Que, após se identificarem ao policial civil com suas respectivas qualificações, esta autoridade chamou o proprietário da residência, o qual foi atendido pelo morador e filho do Sr. Cicero, cujo nome o depoente não sabe; Que, esta autoridade, antes de adentrar a residência do Sr. Cicero e de posse com um mandado de busca e apreensão passou a ler para os mesmos e em seguida franqueada a entrada pelo filho do Sr. Cicero dos Delegados de Polícia, bem como o investigador, o depoente e outra testemunha vizinha de Cicero entraram na residência; Que, ao entrar na sala Cicero e seu irmão, como também dois investigadores de polícia e ainda mais um filho de Cicero e a autoridade aqui presente, após solicitar que Cicero se identificasse a ela e o fez dizendo que se tratava da pessoa de Cicero, razão pela qual esta autoridade deu voz de prisão ao mesmo, dizendo que ele seria autuado em flagrante delito pela prática do crime que cometeu, ou seja, contra um " marronzinho", causando a sua morte; Que, o depoente, acompanhou os policiais em todas as dependências da residência do Sr. Cicero no sentido de localizar a arma utilizada por ele, mas a mesma não foi encontrada; Que, o depoente afirma que os policiais que procederam a busca, bem como as autoridades policiais presentes, agiram de conformidade com a lei, não usando de meios ilegais, ou arbitrários e no que tange a respeito da prisão de Cicero tudo transcorreu com muita anormalidade sem qualquer violência empregada pelos policiais, mesmo porque a família de Cicero colaborava com a polícia; Que, o depoente não presenciou a entrevista preliminar realizada por esta

*** CONTINUA ***



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULODependência : 34^o DELEGACIA DE POLÍCIA

RO : 918/97

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha nº 22 do proc. fls. 13

Nº 677-00-806

Ass. Parlamentar

000011

autoridade por Cicero, pois estava presente nas buscas pelas dependências da casa; Que, o depoente afirma que so nesse momento que tomou conhecimento da razão da busca e da prisão de Cicero; Que, com relação a pessoa de Cicero o depoente afirma que não tem grande amizade com o mesmo, mas troca apenas cumprimentos e algumas palavras; Que, afirma também que é uma pessoa que não causa tumulto na vizinhança, não sendo conhecida como pessoa violenta e que nunca se envolveu com discussão com os moradores do bairro; Que, o depoente não tem conhecimento que Cicero usava arma; Que, o depoente também não sabe qual a função e horário de trabalho de Cicero; Que, Cicero é morador nessa rua também do depoente desde quando tinha cinco anos de idade, portanto, há vinte um anos. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. A seguir, passou a autoridade a inquirir a QUARTA TEMUNHA Jenilson Alves de Souza filho de Jose Alves de Souza e de Maria Dantas de Souza, nascido em 09.julho.51 em Euclides da Cunha-BA, residente a rua Jose Marmol, 13 Jd. Kleim. Sabendo ler e escrever. As de costume, disse: "nada". Testemunha compromissada na forma da lei, prometeu dizer do que soubesse e lhe fosse perguntado. Inquerida pela Autoridade Policial, respondeu que: o depoente, por volta das 15h00min, estava em sua residência e havia chegado do seu serviço e no momento que estava saindo no portão de sua residência percebeu a presença de uma viatura da polícia civil estacionada defrente a residência de seu vizinho de nome Cicero, em ato continuo duas autoridade policiais, sendo uma a que preside o presente auto e a outra um Delegado de polícia que não se recorda o nome se identificando-se ao depoente e solicitando a sua colaboração no cumprimento do mandado de busca e apreensão que seria realizado na casa do Sr. Cicero, servindo como testemunha e acompanhando toda a diligência; Que, a autoridade policial após a qualificação do depoente solicitou até o portão a presença do proprietário ou de algum morador, após utilizar-se da campainha desta residência; Que, o depoente afirma que atendeu as autoridades policiais, o filho do Sr. Cicero, o qual franqueou a sua casa após a leitura do mandado de busca e apreensão ao mesmo, onde todos entraram na residência do Sr. Cicero e chegaram na sala, o depoente já identificou como presente o Sr. Cicero e o irmão do mesmo, não sabendo dizer se existiam outras pessoas na sala; Que, o depoente acompanhou os policiais nas buscas realizadas nas dependências da residência do Sr. Cicero e pode ouvir no momento que esta autoridade fazia algumas perguntas ao mesmo, não sabendo precisar quais e nem as respostas, pois estava acompanhando os policiais; Que, o depoente não se recorda o momento que Autoridade policial deu voz de prisão a Cicero; Que, o depoente, acompanhou os policiais até este Distrito, mas antes passou por um local, na marginal Pinheiros para tentar localizar a arma que teria sido usada por Cicero para matar o "marronzinho", mas após busca pelo local, pelos policiais, nada foi encontrado; Que, afirma o depoente que desde o início da

*** CONTINUA ***



apresentacao das autoridades policiais a sua pessoa, ate a conducao deste para o Distrito Policial , onde Cicero seria autuado em flagrante, os policiais nao usaram de qualquer coacao, violencia ou transgrediram no seu dever ; Que, a respeito da pessoa de Cicero, o depoente reputa como boa; Que, o depoente nao tem conhecimento que Cicero demonstrasse ser pessoa violenta ou que houvesse qualquer discussao com consequencias violentas. A seguir, passou a autoridade a ouvir a QUINTA TESTEMUNHA LUCILIO JOAQUIM DOS SANTOS- RG. 32.004.772-6- SSP/SP., filho de Clemente Joaquim dos Santos e Elvira Pereira da Rocha, separado, zelador, nascido aos 26/07/44, em Piripá-Ba., residente na Av. Prof. Francisco Morato, nr. 370, Butanta- Sp., Testemunha compromissada na forma da lei, nao alfabetizada, aos costumes nada disse, inquirida pela autoridade, passa a responder o que se segue; Que, o depoente nesta data, por volta das 07h00min, encontrava-se em seu local de trabalho, na av. prof. Francisco Morato, nr. 370; Que, estava varrendo o passeio da frente de sua firma, instante em que pode notar a cerca de 15 metros de distancia, um veiculo Fiat Premio, de cor verde, parado bem na faixa de pedestre, na rua Sapetuba, esquina com a av. Prof. Francisco Morato, local esse que se chama praça Plinio Croce; Que, um " marronzinho", chegou por detras do veiculo e anotou a placa, com o talao de multa na mao, que o condutor do veiculo, um individuo masculino, de cor mais para negra, aparentando 40 e poucos anos de idade, altura aproximada de 1,70, forte, cabelos pretos e com acentuadas entradas na parte da frente da cabeca, abriu a porta do carro, enquanto o " marronzinho" fazia a multa, desceu, caminhou dois ou tres passos em direcao ao " marronzinho", este voltou-se e ficou de costas para o condutor do veiculo, ja caminhando em direcao ao canteiro da praça, guardando o talao de multas na bota, nesse instante, o condutor do carro efetuou o primeiro disparo pelas costas do " marronzinho", este ja comecou a " bambear" as pernas e caiu no chao, na grama; Que, novamente, o condutor do Fiat chegou mais proximo de onde ele estava caido e efetuou outros dois ou tres disparos, nao sabe ao certo, em sua direcao; Que, muito tranquilamente, ele voltou para o carro e saiu normalmente, " sem cantar pneus"; Que, o depoente vendo que o " marronzinho" estava caido na grama ferido, foi ao telefone de sua firma e telefonou ao resgate que logo em seguida chegou ao local; Que, esta autoridade nomeia como testemunha de assinatura a rogo ao depoente, tendo em vista nao ser alfabetizado, a Sra Angelica Pedrina Martins, funcionaria deste 34^o Dp. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. A seguir, passou a Autoridade a qualificar o ACUSADO CICERO BARBOSA DA SILVA, documento RG.3.475.772 SSP/SP, filho de JOSE C. DA SILVA e de MARIA BARBOSA DA SILVA, natural de ARAPIRACA - AL, nacionalidade BRASILEIRA, sexo MASCULINO, pele BRANCA, nascido em 31/05/44, com 52 anos de idade, estado civil CASADO, profissao MOTORISTA, grau de instrucao PRIMEIRO GRAU COMPLETO, residente a RUA.JOSE MARMOL,117,

*** CONTINUA ***



no bairro JD. CLEM STO AMARO, na cidade SAO PAULO - SP, telefone (0011) 5514-0026, local de trabalho PALACIO DOS BANDEIRANTES, endereço comercial AV.MORUMBI, 4500, no bairro MORUMBI, na cidade SAO PAULO - SP, sabendo ler e escrever. Ciente da imputação que lhe é feita e do direito constitucional de permanecer calado, que neste ato o interrogando devidamente assistido por sua Advogada Dra.Rosana Chiavassa OAB.79.117 escritório na Av.Brigadeiro Faria Lima, 2391 conj.12 1^o andar, respondeu que: O interrogando é funcionario publico Estadual ha dezessete anos, exercendo a atividade de motorista junto ao Palacio de Governo do Estado; Que, nos ultimos tres anos o depoente exerce sua funcao no periodo das 18h30 a 06h30min, onde dirige ate garagem, ou seja, no local da apresentacao dos funcionarios, localizada na Av.Francisco Morato, nr. 100 e la aguarda chamada da escala de servico; Que, neste ultimo dia, ou seja, do dia 17 para o 18, o depoente realizou alguns transportes utilizando-se de carro oficial que e escalado no dia de servico e retornou para o mesmo local, onde havia deixado o seu veiculo Fiat/Premio, placas CEF-9602, de sua propriedade; Que, apos o encerramento de seu periodo na data de hoje, por volta das 06h15min, o interrogando deixou o seu local de trabalho e saiu conduzindo o seu veiculo e logo a frente parou junto a um semaforo na praça Engo. Plinio Croce, pois o mesmo estava com o sinal fechado e enquanto aguardava o sinal verde para ultrapassar a avenida Francisco Morato, o interrogando tirou o cinto de segurança para conseguir arrumar o acelerador do seu veiculo que estava enroscando; Que, nesse momento, o interrogando percebeu a presença de um "marronzinho", que define como pessoa que fiscaliza o transito, ligado a Prefeitura Municipal, dizendo " voce esta sem o cinto e entrou com o farol vermelho e eu vou te multar"; Que, o interrogando na tentativa de dialogar com o fiscal desceu do seu veiculo, argumentando que nao estava errado, mas o fiscal nao quiz ouvir dizendo que eles estavam errados e que " voces nao prestam e que iria multar e quem manda aqui sou eu" ; Que, o interrogando afirma que esse " marronzinho" desferiu algumas palavras ofensivas a sua moral, dizendo que realmente iria multar e nesse instante, quando o " marronzinho" estava lavrando o auto de infração, o interrogando ja sem controle emocional pegou o seu revolver que estava acondicionado numa bolsa dentro do porta-luva do carro, tratando-se de um revolver calibre 32, sem procedencia legal, e desferiu alguns tiros na direção desse " marronzinho", nao sabendo precisar quantos tiros que deu; Que, o interrogando afirma que o primeiro tiro desferido contra a vitima ela ainda estava de frente com ele e os demais também desferiu sem saber a quantidade, mas afirma que nenhum foi desferido na vitima ja prostada no chão, afirmando ainda, que nao desferiu nenhum tiro pelas costas da vitima; Que, o interrogando nao viu se a vitima caiu no chão, apenas voltou para seu veiculo, entrou e colocou-o em movimento tomando direção de sua residencia; Que, no caminho o interrogando achou por

*** CONTINUA ***



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Dependência : 34^o DELEGACIA DE POLÍCIA
RO : 918/97

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 15 do proc.
Nº 672 do 67
Ass. Cicero - Ass. Parlamentar
000014

bem se desfazer da arma, pois poderia ser encontrado com a mesma, preferindo jogá-la a margem do rio Pinheiros, próximo a usina hidrelétrica da traicao; Que, o interrogando, foi direto para sua residência e lá chegando estacionou seu veículo na garagem, e ao entrar encontrou sua esposa ainda dormindo e tentou voltar para a rua, mas no momento em que estava saindo o interrogando da laje de sua casa percebeu a presença de um policial fardado perguntando para ele se tratava da pessoa de Cicero e este afirmou que sim, no entanto, resolveu se esconder e se furtar de se apresentar ao policial; Que, o interrogando tirou uma telha de sua residência e entrou pelo telhado e lá permaneceu na laje; Que, o interrogando permaneceu nesse local por muito tempo, não percebendo o movimento dos policiais e que em certo momento percebeu a presença de uma pessoa de gravata que estava no interior do banheiro e ele acabou confundindo-o com o próprio filho e nesse momento o policial percebendo a presença de um indivíduo escondido no telhado disse ao interrogando que ele estava preso, daí para a frente não tinha como negar que não se tratava da pessoa de Cicero; Que, logo após, ao descer do forro conduzido pelos policiais chegaram em sua casa a autoridade presente, juntamente com outro delegado de polícia, onde ambos se apresentaram e lhe deram voz de prisão pelo crime de ter desferido tiros contra o " marronzinho" , causando-lhe a morte; Que, o interrogando afirmou para as autoridades presentes que havia atirado a arma que utilizara para perpetrar o crime na marginal do rio Pinheiros, razão pela qual, o interrogando foi conduzido até esse local, juntamente com os policiais, na tentativa de localizar a arma, mas não foi encontrada; Que, o interrogando alega que adquiriu a referida arma de uma pessoa que não sabe identificar e na rua , não se recordando do valor pago pela mesma, pois na época havia denunciado um contrabandista de cigarro junto a polícia e sempre estava recebendo ameaças do mesmo. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. A seguir, determinou a Autoridade o encerramento do presente auto que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo condutor, pelas demais testemunhas, pela vítima, pelo acusado e por mim, Luiz Francisco de A. da Silva Pinto , Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.

MARTHA ROCHA DE CASTRO
Autoridade

*** CONTINUA ***



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dependência: 12.ª DELEGACIA DE POLÍCIA
Boletim Número : 006825/2003

FL.: 002
Emitido em : 22/10/03

4190A0A0C190F552U1

AUTO DE INFRAÇÃO (VIA AMPELA) 0004 UNIDADE
AMASSADOS

HISTÓRICO

Informa a vítima que na data dos fatos exercia suas funções de técnico de trânsito da CET e realizava um trabalho de orientação junto aos condutores de veículos que estavam com os veículos estacionados irregularmente. Ocorre que, por diversas vezes solicitou a pessoa que identificava-se como condutor do veículo de marca Monza de placas BFL2435/SP retirasse o automóvel que estava estacionado em fila dupla não sendo atendido em sua solicitação.

Que a vítima então efetuava a autuação em outro veículo, quando o condutor do veículo Monza sem qualquer motivo, o agrediu dizendo que o mesmo havia efetuado uma autuação em seu veículo, fato este que até aquele momento não havia ocorrido.

Informa ainda que durante a agressão o indiciado amassou o talão de auto de infração e retirou-o de sua mão.

Da agressão a vítima sofreu ferimentos sendo socorrido no PS/São José do Bras, onde foi medicado e dispensado a seguir. Requisitou-se exame de corpo de delito. Nada mais.

Vítima: *Carlos Roberto Lima de Almeida*

Exames Requisitados : IML
SOLUÇÃO : BO PARA APROPRIAÇÃO DEL. POL.

LUCIMARA F. OLIVEIRA
ESCRIVA DE POLÍCIA

DRA. MARIA J. M. F. FIGUEIREDO
DELEGADA DE POLÍCIA



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dependência: 12.ª DELEGACIA DE POLÍCIA
Boletim Número : 006934/2003

FL.: 001
Emitido em : 31/10/20

03

4190A0A0C190F56350

BOLETIM DE OCORRENCIA DE AUTORIA DESCONHECIDA

Complementado pelo Boletim : 006825/2003.

NATUREZA(S) : LESÃO CORPORAL DOLOSA
DESACATO
RESISTENCIA
LOCAL : R MILER, 00368
COMPLEMENTO : BRAS - GR. 15
TIPO-LOCAL : VIA PUBLICA-RUA/AV./VILA/PRAÇA
CIRCUNSCRIÇÃO : 12ª DELEGACIA DE POLÍCIA
DATA OCORRENCIA : 27/10/2003 HORA: 06:30
DATA COMUNICACAO : 31/10/2003 HORA: 12:21
ELABORADO EM : 31/10/2003 HORA: 12:24

Empresa/Partes : Razao Social : CIA DE ENG. DE TRAFEGO -- Presente ao Plantao
Endereco : RUA EMILIA MARENGO, 73 -- Bairro : TATUAPE -- Cidade : SP - SP -- Telefone : 6671-6755
Representante : NORBERTO LIMA DE OLIVEIRA -- Cargo : TEC. DE TRANSITO -- Documento : RG.10.361.544-1/SP

Indiciados:

- DESCONHECIDO -- Nao presente ao Plantao -- Nacionalidade : BRASILEIRA -- Sexo : M -- Cor da Pele : Branca
Cabelos : Carapinhos -- Altura : 1.75 -- Complexao Fisica : FORTE -- Barba : NAO -- Bigode : NAO
Cavanhaque : NAO -- Descricao das Roupas : CAMISA AZUL,CALÇA JEANS
Outras Informacoes : 25 ANOS,SERIA COND.VEICULO P.LC.BM-2435
- DESCONHECIDO -- Nao presente ao Plantao -- Nacionalidade : BRASILEIRA -- Sexo : M -- Cor da Pele : Branca
Cabelos : Carapinhos -- Altura : 1.70 -- Complexao Fisica : FORTE -- Barba : NAO -- Bigode : NAO
Cavanhaque : NAO -- Descricao das Roupas : NAO ANOTADAS
Outras Informacoes : 23 ANOS,SERIA IRMAO DO PRIMEIRO INDICIAD

Vitimas:

- NORBERTO LIMA DE OLIVEIRA -- Presente ao Plantao -- Documento : RG. 10.361.544-1/SP/SP
Pai : GERSON DE OLIVEIRA SOBRINHO -- Mae : NOEMIA LIMA DE OLIVEIRA -- Natural de : SAO PAULO - SP
Nacionalidade : BRASILEIRA -- Sexo : M -- Cor da Pele : Branca -- Nascimento : 19/03/1958 45 Anos
Estado Civil : Casado -- Profissao : TEC.TRANSITO -- Instrucao : Superior Completo -- Endereco Comercial :
RUA EMILIA MARENGO, 1073 -- TATUAPE -- SP - SP -- Fone : (0011) 6671-6755 -- Nome da Empresa : UET

OBJETOS SUBTRAIDOS :	DESCRICAO	QTD.	UNIDADE	MARCA/MODELO	NUMERO
	TAL.FLS.STA5956657/STA5956670	0001	UNIDADE	ATIP	956641

HISTORICO

RETORNA A ESTA UNIDADE POLICIAL O SR. NORBERTO LIMA DE OLIVEIRA, INFORMANDO QUE, POR OCASIAO DOS FATOS NARRADOS NO BOLETIM DE OCORRENCIA 6825/2003, FOI AGREDIDO TANTO PELO DONO DO VEICULO



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dependência: 12.ª DELEGACIA DE POLÍCIA
Boletim Número: 006934/2003

FL.: 002
Emitido em: 31/10/20

4190A0A0C190F56350

GM/MONZA, PLACAS BFL-2435/SF, COMO TAMBÉM PELO SUPOSTO IRMÃO
DAQUELE, AMBOS COM AS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS.

ACRESCENTA A ORA VITIMA QUE NA OPORTUNIDADE OS AUTORES DA
AGRESSÃO ACABARAM LEVANDO O TALÃO DE AUTU DE INFRAÇÃO DE IMPOSIÇÃO
DE PENALIDADE-AIIP, CUJO TALÃO DE FLS. STA5956657 A STA5956670,
CONFORME ACIMA DESCRITO.

VITIMA NESTE ATO ORIENTADA A COMPARECER AO SIC/DEIC, SITU A
AV. ZAKI NARCHI, 152, CARANDIRU, PARA RECONHECIMENTO FOTOGRAFICO.
NM.

ASS.: *[Assinatura]*
Providências Tomadas: R.O.
SOLUÇÃO: COMPLEMENTAR AO BO. 6825/03

[Assinatura]
ALFREDO DE SOUZA GOES
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

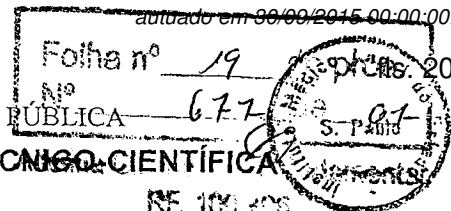
[Assinatura]
DE. ANDRÉ ROSSIGNOLI
DELEGADO DE POLÍCIA





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

RE. 100.400



DEPENDÊNCIA: POSTO MÉDICO-LEGAL SUL LAUDO Nº 0957/2004 GSP.

B.O. nº. 4522/04 do 27º DP Inq. Pol. nº DP

Remeter para 27ª D.P.

Cópia em atenção a

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO
EXAME NECROSCÓPICO

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, nesta cidade de São Paulo a fim de atender à requisição do doutor João Renato Weselowski, os infra-assinados, doutores médico-legistas do Instituto Médico-Legal, procederam ao exame de corpo de delito em o cadáver de **RODRIGO DOMINGOS DA SILVA**.

para responder aos quesitos seguintes:

Primeiro - Houve morte?

Segundo - Qual a causa?

Terceiro - Qual a natureza do agente, instrumento ou meio que a produziu?

Quarto - Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel? (Resposta especificada).

Realizada a perícia, passaram a oferecer o seguinte laudo:

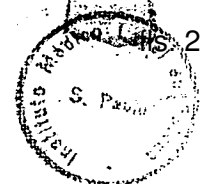
QUALIFICAÇÃO- O CADÁVER DE Rodrigo Domingos da Silva, filho de José Domingos da Silva Junior e Marlene Teixeira da Silva, do sexo masculino, de cor branca, solteiro, com trinta anos de idade, profissão, natural de São Paulo/SP e que residia à rua/av: Adriano Rossini nº 147 – Apto.º 92 no Bairro de Jardim Celeste em São Paulo/ SP.

HISTÓRICO: Segundo consta teria sido vítima de acidente de trânsito (vítima era funcionária da Cia. de Engª de Trânsito, atropelada por carreta quando dirigia uma motocicleta), BO: 4522/2004 do 27ºDP.

VESTES: No momento do exame o cadáver apresentava-se despido.

REALIDADE DA MORTE: A morte evidenciava-se pelos clássicos sinais tanatológicos: abióticos imediatos (parada cardíaco-respiratória, insensibilidade, imobilidade) e abióticos consecutivos, como midríase paralítica bilateral, rigidez cadavérica, hipóstases dorsais.

EXAME EXTERNO: Verificamos tratar-se de um cadáver de adulto, do sexo masculino, de cor branca, apresentado cabelos lisos, de colorido castanhos, aparentando a idade de trinta anos, íris esverdeadas claras, barba e bigode por fazer, dentição natural, pescoço cilíndrico, tórax de forma normal e simétrica, abdomen plano, genitália externa e região perianal sem alterações, complexão física mediana, membros estendidos. Notamos ainda os



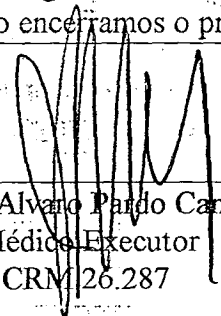
ferimentos abaixo descritos também representados em gráfico anexo: 1) vítima à inspeção tem abdome seccionado interiormente, secção total, que inclui plano ósseo (coluna) plano muscular, órgãos, pele e medula com secção total do corpo à este nível em duas partes principais.

EXAME INTERNO: SEGMENTO CEFALICO: Após incisão bimaistoide-vertical, rebatimento de partes moles do couro cabeludo e musculatura temporal, expusemos a calota craniana, sendo que observamos lesões de natureza traumática representadas por: hematoma subcutâneo, orbitário e frontal à direita. Após abertura da cavidade craniana pela técnica de Griessinger observamos: hematoma subdural em formação a direita, congestão cortical e edema em fase inicial de formação. REGIÃO CERVICAL: nada observamos de interesse legal. TÓRAX E ABDOMEN: Através de incisão mento-púbica, rebatidas as partes moles tóraco-abdominais e retirado o plastrão condro esternal, expusemos as duas cavidades, onde observamos: TÓRAX: sem lesões de interesse médico-legal. ABDOMEN: hemoperitônio. Fígado apresenta lacerações hepáticas. Ruptura incompleta de intestino grosso e delgado. Ruptura de bexiga. O corpo sofreu segmentação a nível abdominal inferior (nível lombar) com destruição raqui medular e estruturas orgânicas à este nível

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO: Pelo acima exposto e observado, concluímos que a vítima examinada teve "Causa Mortis" veio a falecer de politraumatismo, hemorragia, choque neurogênico e trauma raqui-medular, devido à ação de agente contundente e corto-contundente em acidente de trânsito, quando a vítima dirigia motocicleta (policia de trânsito) e foi atropelado por carreta que o esmagou a nível abdominal inferior, tendo sido ainda os ferimentos encontrados considerados compatíveis com o referido (acidente de trânsito). Solicitamos alcoolemia por exigência legal, que resultou negativa, resultado anexo.

RESPOSTAS AOS QUESITOS

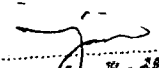
Ao primeiro: sim. Ao segundo: politraumatismo, hemorragia e secção raqui medular. Ao terceiro: agente contundente e corto-contundente. Ao quarto: prejudicado. Nada mais havendo encerramos o presente laudo. São Paulo, 17 de maio de 2004.


Dr. Alvaro Pardo Canholi
Médico Executor
CRM 26.287


Dr. Rubens Eidman
Médico Revisor
CRM 42.639

O corpo foi liberado por: Marlene Domingos da Silva, mãe da vítima, RG: 7.306.012, residente à rua/av: Adriano Rossini, nº 147, Apto 92 - Bairro Jardim Celeste em São Paulo/SP.

CERTIFICO E DOU FE
constantes do averso e verso do presente
documento confere com o original.
DIRETORIA SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO-IML


José Alex Sandro Rodê Anselmo
CRM 22.610.467
Médico 3.ª C. A.

02 107/104



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 20 do pro. 22
Nº 677 de 07
Atividade: Câmara Municipal
R\$ 100.406

LEI Nº 1.277, DE 28 DE JUNHO 2006.

Dispõe sobre a concessão do Adicional de Risco de Vida aos Agentes de Fiscalização de Trânsito e dá outras providências

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Agentes de Fiscalização de Trânsito do quadro permanente de servidores da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, adicional a título de risco de vida, pelo desempenho das atribuições específicas do cargo.

§ 1º O adicional de que trata o caput deste artigo será devido no percentual de 30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo.

§ 2º O percentual deverá incidir sobre o vencimento base do cargo, não sendo permitida a incidência sobre as vantagens adquiridas, exceto para fins de cálculo do 13º salário e férias regulamentares.

Art. 2º Somente terão direito ao adicional os Agentes de Fiscalização de Trânsito que estiverem no efetivo exercício e desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º O servidor no exercício simultâneo de atividades com risco de saúde ou vida, deverá optar pelo adicional que lhe for mais vantajoso, sendo vedada a percepção cumulativa.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrá por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, 28 de junho de 2006.

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR
PREFEITO MUNICIPAL

Folha nº	21	do proc.	fls. 23
Nº	677	de 67	
Adelina C. C. - Assessoria Legislativa			
RF. 100.400			

LEI Nº 4680

Cría cargos públicos de Agentes de Trânsito e Transporte e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que, em cumprimento ao art. 8º da Lei no 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro Geral dos Servidores Públicos Municipais no Grupo de Fiscalização, padrão F-01.A.13, constante da Lei Municipal de nº 3.116/88, noventa e cinco (95) cargos públicos de Agentes de Trânsito e Transporte, assim distribuídos nas respectivas classes:

Nº DE CARGOS	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
80	Agente de Trânsito e Transporte A	
08	Agente de Trânsito e Transporte B	
05	Agente de Trânsito e Transporte C	
02	Agente de Trânsito e Transporte D	

Art. 2º - As atribuições e responsabilidades dos Agentes de Trânsito e Transporte são as descritas nas especificações constantes do ANEXO que integra a presente lei, que ainda dispõe sobre denominação, descrição sintética, exemplos de atribuições e requisitos para provimento e recrutamento.

Art. 3º - O recrutamento e a seleção para provimento dos cargos de Agentes de Trânsito e Transporte far-se-á mediante concurso público.

Art. 4º - O exercício das atribuições do Agente de Trânsito e Transporte exigirá seu desempenho à noite e em sábados, domingos e feriados.

Art. 5º - O exercício da função de Agente de Trânsito e Transporte autoriza o recebimento de uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento básico do cargo, a título de atividade perigosa (adicional por risco de vida), conforme regulamento.

Art. 6º - Os Agentes de Trânsito e Transporte terão regulamento editado por ato do Poder Executivo.

Art. 7º - Dentre os Agentes de Trânsito e Transporte poderão ser convocados 04 (quatro) servidores para exercerem a função de Coordenador, percebendo gratificação de função equivalente a 40% (quarenta por cento) do vencimento básico.

Art. 8º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 12 de julho 2001.

Fernando Marroni
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Mário Filho
Secretario de Governo

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES – MINISTÉRIO DO TRABALHO

5172 :: Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito

5172-05 - Agente de polícia federal

5172-10 - Policial rodoviário federal - *Inspetor de polícia rodoviária federal*

5172-15 - Guarda-civil municipal - *Guarda-civil metropolitano*

→ 5172-20 - Agente de trânsito - *Agente de transporte e trânsito, Auxiliar de trânsito, Operador de trânsito*

Descrição sumária

Investigam, reprimem e previnem infrações penais contra interesses da nação, como contrabando, tráfico de drogas, crimes fazendários e previdenciários e crimes eleitorais; controlam bens e serviços da união, como emissão de passaportes e controle da estada de estrangeiros no país, controle de entorpecentes etc. Patrulham ostensivamente rodovias federais; mantêm a fluidez e a segurança do trânsito urbano e rodoviário; fiscalizam o cumprimento das leis de trânsito; colaboram com a segurança pública; protegem bens públicos, serviços e instalações.

→ 5172 :: Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito

Condições gerais de exercício

Trabalham em entidades públicas de defesa, segurança e trânsito. Os Agentes de trânsito trabalham como assalariados celetistas, sob supervisão permanente. Os Policiais federais e rodoviários e os Guardas-Civis municipais são estatutários, organizam-se em equipe, sob supervisão ocasional. Trabalham em ambiente fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diurnos e noturnos, em revezamento de turno e em horários irregulares. Estão sujeitos a trabalho sob pressão, levando-os a situação de estresse. Permanecem em pé por longos períodos. Podem ser expostos a materiais tóxicos e ruído intenso. Os Agentes de trânsito podem trabalhar em grandes alturas.

Formação e experiência

Requer-se ensino médio completo, com exceção do Agente da polícia federal, que tem como pré-requisito de concurso o ensino superior completo. Complementam a escolaridade formal com curso profissionalizante de duzentas a quatrocentas horas-aula. O exercício pleno das atividades ocorre após quatro a cinco anos de experiência.

5172 :: Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito

Áreas de Atividades

- A INVESTIGAR INFRAÇÕES PENAIS CONTRA INTERESSES DA NAÇÃO
- B REPRIMIR INFRAÇÕES CONTRA INTERESSES DA UNIÃO
- C PREVENIR INFRAÇÕES CONTRA INTERESSES DA UNIÃO
- D CONTROLAR BENS E SERVIÇOS DA UNIÃO
- E PATRULHAR OSTENSIVAMENTE RODOVIAS FEDERAIS
- F MANTER A FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
- G FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO

segunda-feira, 6 de agosto de 2007

Agora S. Paulo

DILEMA

'Se eu saco o talão de multas, apontam arma'

"Por motivos de segurança, é muito difícil eu aplicar uma multa por aqui", diz um dos dois únicos fiscais da CET encontrados pela reportagem na avenida Teotônio Vilela. "Se eu tirar o talão de multa para autuar, eles [os motoristas] vêm para cima", diz ele, que afirma já ter sido agredido e

ameaçado com arma de fogo.

"Uma vez eu fui acionado para fiscalizar um caso de estacionamento em local proibido, e o pessoal veio para cima de mim. Fomos parar na delegacia." O marronzinho concorda que há poucos fiscais. "Mas, se traz para cá, tira de outro lugar." (vs)



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 25

do processo n.º 01-677/07 16/10/2007 (a) 25

Adelina Cicone Battocchio
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Sra. Secretária,
Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

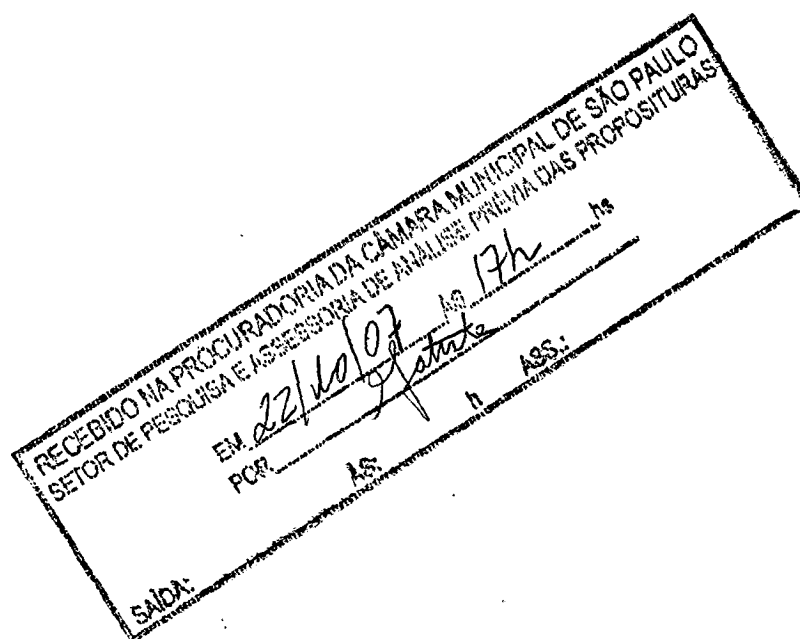
19/10/07

Inácio Veiga.
Supervisor de Controle do Proc. Leg.
SGP-22

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

19/10/07

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2



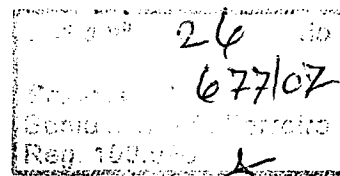
453

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue(m) anexo(s), nesta data, o(s)
documento(s) de
S. Paulo, 03 de 07 de 2015
Sônia M. S. Pereira
Assistente Parlamentar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br, nada foi encontrado sobre o assunto.

Assim sendo, de acordo com o art. 17, inciso II, alínea "b", o projeto deve ser encaminhado às Comissões competentes.

São Paulo, 26 de outubro de 2007.

Raimundo Batista

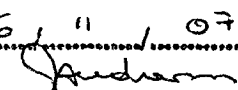
Procurador Supervisor do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 106.926

A SGP-2
Pra. Secretária.

Feita a pesquisa e análise, para promulgamento.
SP, 30/10/07


Raimundo Batista
Procurador Legislativo Supervisor
Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia
OAB/SP nº 106.926

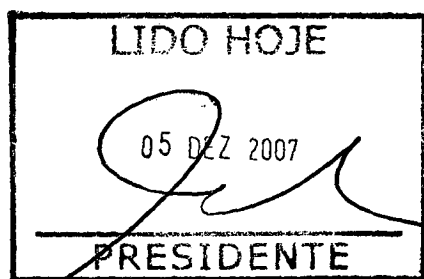
RECEBIDO - SGP - 22
05 NOV 2007
PROTOCOLO LEGISLATIVO

À Com. de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa.
06/11/07

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

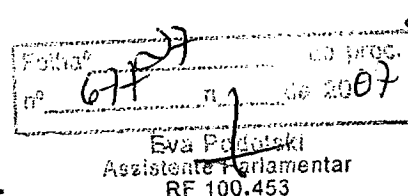
RECEBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 06-11-07 às 19h
RF
SOLANGE RIBEIRO DOS SANTOS
R.F. 10601
Secretária

À Nobre Vereador / À Nobre Vereadora
JOSÉ DOLOS
Para relatar
Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 12 / 11 / 07.
Presidência
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos
termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue(m) juntado(s) neste data para análise e votação(s)
sob nº 27a 29
15/12/07
101ski



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E
GASTRONOMIA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
0677/07.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorillo, que dispõe sobre a
instituição de gratificação de serviço e a proteção dos Agentes de Fiscalização de Trânsito
no exercício de suas funções.

Nada obsta o prosseguimento do presente projeto de lei que encontra fundamento no art.
30, I da Constituição Federal e no art. 13, I da Lei Orgânica.

Com efeito, segundo disposto no art. 30, I, da Constituição Federal:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:
I – legislar sobre assuntos de interesse local”.

Nesse diapasão, a Lei Orgânica do Município reza:

“Art. 13 – Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no
artigo 14, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:
I – legislar sobre assuntos de interesse local”.

A propositura encontra fundamento ainda no art. 37, caput, da L.O.M., segundo o qual a
iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão permanente da Câmara Municipal,
ao Prefeito e aos Cidadãos.

Pelo exposto, somos

PELA LEGALIDADE.

Quanto ao mérito, as Comissões pertinentes opinam no sentido da aprovação do projeto,
ante seu inegável interesse público.

A Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se no sentido de que nada obsta a
aprovação do projeto.

FAVORÁVEL, portanto, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

28
677
Eva Paulski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

fls. 32

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA *OK*

[Handwritten signatures]

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER
E GASTRONOMIA

[Handwritten signatures]

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO *OK*

[Handwritten signatures]

(pl0677-07conj)

Passemos ao item seguinte.

“PL 677 /2007, do Vereador PAULO FIORILO (PT). Dispõe sobre a instituição de Gratificação de Serviço e a proteção dos agentes de fiscalização de trânsito no exercício das suas atividades. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: (Parecer ao PL 677/2007)

O SR. PAULO FIORILO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que esse projeto passou por audiência pública com a presença dos nobres Vereadores Farhat e João Antônio, estiveram vários funcionários do CET; hoje, alguns puderam acompanhar durante a tarde de hoje a sessão. Vamos apreciar em primeira votação e tenho certeza que a Câmara aprovará em segunda votação e vamos poder responder a uma reivindicação justa dos funcionários do CET. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 677/2007. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Segue _____, nesta data
Documento _____, para a informação
Rubricado _____, rubrica _____, nº _____
Em 05/12/82

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº	207	do
Processo	62557	
Carlos Roberto Silva		
Reg. 11130		

fls. 35

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOÃO ANTONIO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 de novembro de 2007

OBSERVAÇÕES:

- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (João Antônio - PT) – Senhoras e senhores, na qualidade de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública, que tem como finalidade analisar o PL 10677/2007(?), de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorilo, que dispõe sobre a instituição de gratificação de serviços e a proteção dos agentes de fiscalização de trânsito no exercício de suas atividades.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de todos a esta audiência pública. Quero saudar o Vereador Paulo Fiorilo pela brilhante iniciativa e o parabeno ainda mais por ampliar o debate, trazendo a esta Casa os interessados na propositura para que possamos ouvi-los, aperfeiçoar o projeto e fazer com que sua tramitação ocorra o mais rápido possível para que possamos oferecer à Cidade uma nova lei de qualidade aos interessados e cidadãos de São Paulo.

A audiência pública ocorrerá com a seguinte dinâmica: vou passar a palavra ao Vereador Farhat, depois Vereador Paulo Fiorilo e posteriormente as pessoas inscritas. Os que desejarem usar a palavra podem falar com a Solange ou Fábio, à direita.

Passo a palavra ao nobre Vereador, do PTB, Farhat.

O SR. FARHAT - Muito obrigado, nobre Vereador João Antônio, presidente da Comissão de Justiça desta Casa, Vereador Paulo Fiorilo, agentes de fiscalização presentes, quero, em primeiro lugar, nobre Vereador, cumprimentar V.Exa., Vereador muito atuante nesta Casa, trazendo propostas importantes, principalmente na área trabalhista. E nós Vereadores – sou vice-presidente da Comissão de Justiça – lemos atentamente a sua proposta, é justa e merece ser debatida, discutida, e aprovada por esta Casa. Um projeto desta importância, a nossa legislação obriga que sejam feitas audiências públicas, importantes porque com a presença dos interessados, das pessoas que estão no bojo dessa atividade, ouvimos a opinião de todos, lideranças, envolvidos, profissionais, e devo dizer aos senhores que esta reunião está passando em circuito interno para todos os gabinetes, para aqueles Vereadores que não estão presentes neste plenário. Os assessores dos gabinetes também acompanham a audiência, tão importante. Falando com um representante de um dos sindicatos, disse que uma audiência pública como esta influencia a votação, porque traz subsídios para os Vereadores entenderem o que está sendo proposto e analisarem para futuramente votar. Espero, Vereador Paulo Fiorilo, que seja aprovado.

É desnecessário falar da importância e do trabalho que os agentes de fiscalização do trânsito fazem em São Paulo, haja vista que temos uma frota de 5 milhões de veículos e a organização e fiscalização dessa frota, sua circulação, é feita também pelos senhores. É um trabalho penoso, até perigoso – temos notícias até de agressões que os senhores recebem. Não é prazer para ninguém multar as pessoas, mas é obrigação daqueles que foram concursados ou contratados para este trabalho. Então, os senhores têm uma missão na Cidade, além do encaminhamento, orientação, é aplicar sanções que fazem parte de suas atribuições.

Não vou me alongar, vou continuar esta audiência de meu gabinete porque estamos com o dia muito corrido aqui. Quero, mais uma vez, cumprimentar os senhores, lembro que no *Programa do Ratinho*, onde trabalhei por oito anos, recebemos também algumas lideranças com reivindicações, até reclamações de sofrimento, ameaças, e sempre estivemos sensíveis a essas reivindicações. Espero que os senhores tenham êxito, ao final, com a aprovação deste projeto.

Muito obrigado, e boa sorte. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Antônio - PT) - Obrigado, nobre Vereador Farhat. Antes de passar a palavra ao autor do projeto, Vereador Paulo Fiorilo, quero esclarecer aos presentes que a Comissão de Constituição e Justiça não analisa o mérito da propositura. Nós analisamos a constitucionalidade, se o projeto é legal, se o projeto é constitucional ou não. Exercemos aqui o que costumamos chamar de controle preventivo de constitucionalidade, para impedir que projetos inconstitucionais contaminem o nosso ordenamento jurídico. Já quero de antemão dizer, porque já ouvi comentários, do tipo de que há vícios de iniciativa. Transformando em linguagem mais popular, temos um tipo de constitucionalidade material, que fere o texto da Constituição, e temos um tipo de inconstitucionalidade formal, que é a inconstitucionalidade como o vício de iniciativa. O que é o vício de iniciativa? A matéria não deveria ter sido proposta pelo Legislativo e sim pelo Executivo. Quero esclarecer rapidamente, dizendo que, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, já adianto meu posicionamento. Tenho me comportado nesta Comissão, no caso de vício de iniciativa votando pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto de lei. E por que tenho feito isso? Porque defendo que a sanção

do Prefeito corrige o vício de iniciativa. Portanto, quero esclarecer aos interessados e ao Vereador Paulo Fiorilo, que o meu posicionamento, não a respeito desta matéria simplesmente, mas de todas que têm chegado à Comissão de Justiça, em que um projeto é dado como inconstitucional com base no vício de iniciativa, eu tenho me comportado sempre pela legalidade e constitucionalidade do projeto, por entender que a sanção do projeto pelo Prefeito corrige o vício de iniciativa. E tenho absoluta certeza de que o Vereador Paulo Fiorilo vai convencer o Executivo da sanção dessa importante matéria.

Feito esse esclarecimento, quero passar a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo, autor do projeto.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, Vereador João Antônio, Vereador Farhat, senhoras e senhores presentes, a iniciativa da audiência pública tem como objetivo possibilitar que os setores ou os interessados no projeto possam dialogar com os legislador, com o próprio Legislativo, buscando, como disse o presidente, aperfeiçoar o projeto. Então, esse é um dos principais objetivos desta audiência pública, além de tornar pública a proposta apresentada a esta Casa. Como Vereadores, nós acompanhamos os problemas da Cidade. É notória a dificuldade que enfrentam os agentes fiscalizadores. Várias matérias foram publicadas dando conta das dificuldades do dia-a-dia. Esse tipo de preocupação gerou uma proposta de projeto de lei, que começa a tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça e depois passa por outras Comissões. A intenção deste Vereador é que, o mais rápido possível, coloquemos o projeto na pauta, ou seja, trazê-lo ao Plenário para que ele seja aprovado pela Câmara. Aprovado em duas votações, ele vai para o Executivo, para sancionar ou vetar sua totalidade ou partes – para que todos entendam o caminho desse projeto.

O projeto é simples, tem basicamente dois capítulos. O primeiro é o que institui a gratificação dos serviços, pensando de que forma o Município pode recompensar aqueles agentes de fiscalização que sofrem o dia-a-dia, em especial, imaginando o que traz o projeto, que essa passa a ser uma atividade penosa, em função dos vários problemas enfrentados no dia-a-dia. Recebemos várias matérias falando sobre agressões de motoristas contra os marronzinhos, a dificuldade diária, e todas as ações a que estão submetidos. Portanto, esse primeiro capítulo estabelece a gratificação e estabelece o percentual da gratificação em 12% dos vencimentos ou remuneração do agente fiscalizador de trânsito e será computada para o cálculo do 13º e férias.

O segundo capítulo trata da proteção em serviço. Aí responsabilizando a Prefeitura, por meio da Companhia de Engenharia de Tráfego, a CET, que prestará atendimento jurídico integral a todos os agentes fiscalizadores de trânsito que forem integrantes do quadro permanente do quadro de servidores permanentes da Prefeitura Municipal de São Paulo, vítimas de conflitos ou acidentes sofridos em razão de sua função, dentro ou fora do expediente regular de trabalho.

É um projeto simples, tem exatamente dez artigos e pode ser acolhido pela Câmara e aprovado.

A terceira questão que eu queria trazer aqui, para não me alongar, até para que aqueles que tiverem interesse em fazer uso da palavra possam se manifestar, é dizer que a Prefeitura hoje tem uma arrecadação extremamente alta com relação às multas e nós achamos que é fundamental que aquela parcela, os 95% das multas, possa ser aplicada no trânsito. Teríamos, em contrapartida, recursos suficientes para investir na capacitação, na melhoria da qualidade do trabalho de cada um de vocês que atuam hoje na Cidade, investir no material humano. Isso é fundamental, pensando esse projeto na sua totalidade.

Termino dizendo que nós temos um desafio. O Vereador João Antônio colocou aqui as dificuldades e as concepções do que é constitucional, o que pode ter vício de origem e assim por diante. Por isso nós vamos ter que enfrentar esse debate e tentar garantir a aprovação do projeto e depois vamos discutir com o Executivo. Que ele também dê a sua contribuição àqueles que se dedicam a organizar o trânsito da Cidade, que não é fácil. O Vereador Farhat fez a referência, são cinco milhões de veículos que transitam na nossa Cidade e nós sabemos as dificuldades que temos quando tem chuva forte, enchente, acidente grave nas marginais, o que acontece na Cidade. Então, o papel e a função de cada um de vocês é extremamente relevante.

Eu concluo dizendo que nós devíamos pensar a CET como um serviço diferenciado que pudesse auxiliar o cidadão e que tivesse em contrapartida o reconhecimento como têm serviços na Cidade, que eu exemplifico aqui com os bombeiros, que atuam não só para multar,

para autuar, mas também para ajudar. Quantos motoristas perdidos numa enchente, com carro quebrado numa via não podem olhar o fiscal, o agente de trânsito e falar: "O cara vai me ajudar". Ele não é o cara que vai ser ofendido ou agredido. Ao contrário, ele passa a ser um parceiro, ele passa a ser um auxiliar daqueles que estão em dificuldades na nossa cidade. É difícil andar pela Cidade. Aqueles que, como vocês, conhecem os vários cantos da Cidade sabem do que eu estou falando. Quantas vezes não encontramos aqueles que vêm de fora perdidos, sem saber como sair da Cidade, nas grandes ruas, nas grandes avenidas.

Então, o projeto pretende dar conta dessas questões e espero não só contar com o apoio de vocês, que eu acho que a gente vem construindo a partir das necessidades, mas contar com o apoio dos Vereadores, com a aprovação aqui nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) - Eu agradeço a sua enorme contribuição ao debate.

Gostaria de convidar o Sr. Salomão Rabinovitch, diretor do Cepat, Centro de Psicologia Aplicada ao Trânsito, consultor de segurança de trânsito, presidente da ONG Avitrans, Associação das Vítimas de Trânsito e também presidente da Comissão de Ética, Cidadania e Direitos Humanos da Academia Paulista de Psicologia, que tem importantes contribuições técnicas, principalmente nessa área, para falar para todos nós. Por favor, Dr. Salomão, pode usar a tribuna.

O SR. SALOMÃO RABINOVITCH - Sr. Presidente, Vereador Paulo Fiorilo, Vereador João Antônio, caros companheiros de labuta de rua, com quem já me relaciono desde a criação da CET, porque foi exatamente nessa época que começamos o Centro de Psicologia Aplicada ao Trânsito fazendo estudos, pesquisas e serviços na área de comportamento no trânsito, estudando as causas de acidentes e prevendo, lamentavelmente, o caos que vivemos hoje. Quero agradecer o honroso convite, que chegou de última hora. Larguei uma reunião para vir, não poderia de estar presente num momento como este.

Muitos já me conhecem. Acabei, recentemente, um trabalho de consultoria para a Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, que resultou numa série de recomendações, mas uma delas era de que a Companhia se envolvesse num projeto de responsabilidade social. Por quê? Para mudar a imagem dela. A atual diretoria concordou e estamos colocando a nossa ONG à disposição, a CET dará apoio institucional para a gente prosseguir nessa luta de redução de acidentes, de lesões e de violência. Por outro lado, há sete anos mantemos um Centro de Reintegração para vítimas de acidentes e traumas violentos, para famílias e vítimas, no sentido de reintegrá-las à vida útil e trabalhar o estresse pós-traumático. Nesse sentido, essa parceria vai atingir todo o quadro da Companhia.

Quero fazer uma ressalva também: não concordo com o termo pejorativo "marronzinho". Isso eu falei várias vezes. (Palmas) Todos vocês são agentes de trânsito, fiscalizadores de trânsito ou funcionários administrativos da companhia. Nós fizemos pesquisa com pessoas de nível universitário na Cidade e a grande maioria não sabe a diferença entre CET, Detran, CPTran, nada.

Outro dia recebi um telefonema dizendo o seguinte: "Doutor, um policial aí sem-vergonha me multou". Eu disse: "Qual era a cor do uniforme dele?", "É marrom", que dizer, as pessoas desconhecem. As pessoas desconhecem a missão, porque se criou uma imagem distorcida de que a CET é indústria de multas. Nós queremos que a missão da CET seja colocada para toda a Cidade e esse trabalho de responsabilidade social é que vai mostrar para a população de São Paulo exatamente para que serve a CET. É uma Companhia de Engenharia de Tráfego e há muitos anos eu venho dizendo aos futuros candidatos ao Executivo da Cidade que o maior problema de São Paulo é o trânsito. Se não olhar com seriedade, daqui a mais alguns meses nós vamos começar a andar a pé pela Cidade.

Com relação ao projeto de autoria do Vereador Paulo Fiorilo nós concordamos, até porque quem vem denunciando há muitos anos essa violência contra policiais militares, contra policiais civis, contra agentes de trânsito, aqueles que representam uma autoridade... nós estamos vivendo desde 1998. E não foi por falta de aviso, não foi por falta de alertar o Governo Federal de que estava em curso neste país uma doença social gravíssima chamada violência e que poderia não ter cura. Hoje se mata por uma latinha de cerveja vazia. Não queremos que aconteça com vocês o mesmo que acontece e vem acontecendo com os policiais civis e militares, que não podem sair com a farda de casa, que não podem ostentar a sua carteira funcional.

Carlos Roberto Silva

Não é só a questão da segurança, mas a questão da insalubridade. O ar que vocês respiram é irrespirável. Fala-se tanto do cigarro, mas o ar que nós respiramos é cinco vezes pior do que o cigarro. Sujeito às intempéries, sem apoio. Por razões éticas eu não posso contar a vocês quais as recomendações que nós fizemos nessa consultoria, mas está tudo documentado. Tenho certeza de que a diretoria da CET... Não sou contratado para falar em nome da CET, falo em nome das minhas entidades e do meu trabalho pessoal. Mas se eles se envolveram com isso, é porque estão preocupados.

Nós torcemos para que esse projeto vá adiante e, no que depender de nós, toda a família CET conte conosco, porque nós contamos com vocês. Nessa jornada de responsabilidade social que vamos fazer juntos, vamos garantir um atendimento psicológico também para vocês, desde que a Companhia se acerte conosco nesse sentido, porque muita gente precisa desse apoio e não tem.

Eram essas as minhas palavras, poucas, mas de apoio a vocês, que representam um universo muito pequeno e há muito tempo nós preconizamos pelo menos quatro mil agentes de trânsito em São Paulo. Não é possível a gente assistir o México com dez mil e nós, com quase onze milhões de habitantes, temos em média 1.300 homens. Boa sorte para vocês e até breve. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) - Obrigado, Dr. Salomão, pela presença e pela sua contribuição.

Antes de passar a palavra ao Vereador Agnaldo Timóteo, nada mais justo do que passar a presidência desta sessão ao autor do projeto, Vereador Paulo Fiorilo, com uma salva de palmas para o Vereador. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Vereador João Antônio. Passo a palavra ao Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO - Muito boa tarde, senhoras e senhores. Ilustre Presidente Paulo Fiorilo, muito boa tarde. Ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Dr. João Antônio, brilhante Vereador, muito boa tarde. Os nossos amigos da TV Câmara São Paulo devem estar gravando: muito boa tarde.

Acabo de chegar de uma solenidade de diplomação de 551 sargentos. Jamais poderia imaginar na minha vida que fosse tão emocionante. Seria bom que todos os brasileiros pudessem ver aquela solenidade pela televisão, para ter uma idéia razoável de como é a formação de um policial militar. Não é diferente de vocês.

Sou de um outro partido, mas não podemos negar ao Partido dos Trabalhadores essa constante preocupação em buscar melhorar sempre o atendimento daqueles que nos prestam serviços, embora seja bom lembrar que nós somos colegas de trabalho, trabalhamos para a Prefeitura. Somos Vereadores, ganhamos como Vereadores, os senhores como fiscais de trânsito, que chamam de "marronzinhos".

Estava olhando rapidamente o projeto do Vereador Paulo Fiorilo. É excelente. Todas as propostas são absolutamente viáveis, todas as propostas são absolutamente identificadas com as necessidades dos senhores e acredito que o próprio Prefeito Gilberto Kassab vai entender a necessidade e que, aprovado, que ele não coloque dificuldade para atender essas necessidades.

Eu sou um torneiro mecânico, a minha batalha vem de muito longe, tenho 71 anos, sou de 16 de outubro de 1936. Comecei lá em Caratinga, aos 9-10 anos. Aos 14 anos, eu era torneiro mecânico. Aos 16, fui para o mundo. Sei como é a dificuldade de se sobreviver. Sempre comento com meus colaboradores, quando estou no meu automóvel, bonito, de luxo. Aí, quando vejo uma pessoa catando papel, um senhor de idade carregando um carrinho enorme de papéis velhos, mostra a luta pela sobrevivência. Você vê aqueles menininhos dos sinais, que vão e botam balinhas em 20 automóveis, saem correndo para lá e para cá e, às vezes, não vendem uma! A luta pela sobrevivência. E não é diferente de quem ganha salário. Meu salário aqui na Câmara, como o do João, do Paulo, é um salário modesto para o cargo que nós ocupamos, que é um cargo de enorme responsabilidade, embora, lamentavelmente, às vezes ou quase sempre, alguns formadores de opiniões tentem denegrir o nosso trabalho, como se não fizessemos nada. E nós, exatamente ao inverso, fazemos tudo.

Vamos aprovar essa lei e todas as outras que estejam identificadas com os munícipes de São Paulo. Quando se tem uma padaria, um açougue, uma farmácia, um viaduto, uma ponte, tudo

passa pelo crivo dos políticos. Mas, lamentavelmente, aqueles miseráveis acham que não, que não fazemos nada. E o pior de tudo: são comunicadores que ganham 450 mil reais por mês, 500 mil reais por mês, 300 mil e 250 mil, que é o que ganha menos, que é o Marcelo Rezende – um brilhante profissional jornalista. Então, eles sabem perfeitamente a vida de quem trabalha de salário. Pior: quando essa vida ainda está cercada do perigo. E é verdade: o perigo está por aí. Ontem tivemos um crime bárbaro numa das nossas Marginais: um garupa deu cinco tiros numa senhora. Aquilo deve ter sido cobra mandada, porque não atiraram no motorista; vieram, deram cinco tiros... Cobra mandada. Mas o risco de se discutir com motoqueiro, e ele vem com um garupa, e atira... Sempre há um perigo muito grande, agressão física, agressão moral, sempre há um perigo muito grande.

Então, quero dizer ao brilhante Paulo Fiorilo, que é um brilhante Vereador do Partido dos Trabalhadores, que eu, sendo da Comissão de Constituição, Justiça, estarei lado a lado; no Plenário estarei lado a lado e vou torcer para que o Prefeito entenda que essa proposta ou essas propostas são absolutamente factíveis. E, para todos, os mais sinceros votos de um maravilhoso Natal. E que em 2008 vocês possam já estar recebendo os benefícios dessa proposta. Muito boa tarde e obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Agnaldo Timóteo. Vamos passar imediatamente para as inscrições. O primeiro inscrito é o Sr. Marcos Souza, Presidente do CRE, da CET. Temos oito inscritos e, então, encerraremos a audiência pública.

O SR. MARCOS SOUZA – Boa tarde, Vereador Paulo Fiorilo, demais presentes. Meu nome é Marcos, o pessoal me conhece, sou Presidente do CRE, Conselho de Representantes dos Empregados da CET. Depois da autoria desse projeto, conversamos com o Vereador Paulo Fiorilo para esclarecer algumas dúvidas. Encampamos esse projeto. Como todos viram, fomos às áreas, conversamos com vocês. E parabéns pela participação. Gostaria de dizer aos nobres Vereadores que o pessoal está em turno. Há pessoas que têm de sair. Porque aqui temos mais ou menos um terço dos agentes fiscalizadores de trânsito da Cidade. O pessoal tem trabalho em turnos, mas estão vindo para dar um apoio e participar desta audiência pública.

Estou aqui para defender a aprovação desse projeto, porque é muito importante o reconhecimento profissional do nosso pessoal, que trabalha no dia-a-dia na fiscalização e sofre agressões quase que diariamente, muitas nem registradas, principalmente as verbais, pois o motorista não entende. Tentamos, durante muito tempo, na própria CET, internamente, que as pessoas que estão no comando da CET se sensibilizassem com esse tipo de coisa. Algumas vezes, tivemos êxito; mas, na maioria das vezes, sentimos muita dificuldade de encampar isso internamente. Então, essa foi uma iniciativa que veio corretamente, foi uma ótima iniciativa para que possamos trazer à tona o problema que sofremos na rua.

Porque entendemos que a CET é o serviço público na rua, no dia-a-dia. Como o Vereador mesmo falou, estamos no cotidiano para ajudar o município. Entre as várias atividades que exercemos, está desde a remoção de veículos até socorro, acionamento de SAMU, do resgate. E, infelizmente, se formos fazer um levantamento, grande parte dos motoristas são os maiores infratores. Quem nunca foi a um aniversário de criança e ouviu: “Trabalho na Volkswagen”, “Trabalho na Prefeitura”...? Se você chega e diz: “Trabalho na CET”, o cara te olha e diz: “Você é aquele que multa?” Muitas vezes, há até discussões, sentimos que as pessoas às vezes ficam até constrangidas em falar que trabalham na CET. Mas a gente tem que ter orgulho disso, e temos. Mas muitas vezes, para evitar qualquer tipo de desconforto, a gente acaba omitindo.

Trabalhamos à luz do Código de Trânsito. E nesse ponto, Srs. Vereadores, a fiscalização está totalmente vulnerável, exposta ao estado de humor dos motoristas. Parte da imprensa também, sensacionalista, como o nobre Vereador falou – é verdade -, chega muitas vezes sem conhecer o nosso trabalho. Simplesmente pegam a coisa acontecendo na hora. É uma parte da imprensa, é lógico que não é generalizando. Chegam e falam um monte, e acabam fazendo até uma apologia.

As pessoas saem falando “eu vou bater no marronzinho que é legal”, colocam em páginas no Orkut coisas absurdas, como os Srs. Vereadores podem ver na pasta que organizamos. A CET devia ir atrás disso, processar essas pessoas. Isso é apologia ao crime. Mas, muitas vezes, as coisas não vão para frente. Nunca vimos repreensão, a não ser no caso de um homicida que foi preso. Não sentimos que a coisa vai para frente, até por problemas internos da CET.

Sabemos que não há funcionários.

Essa lei objetiva que haja funcionários para fazer isso, acompanhar esse tipo de coisa. E o objetivo maior não é nem a parte pecuniária, mas trazer à tona isso, colocar a sociedade a par do nosso papel. As pessoas gostam de trabalhar, está no sangue dos agentes de trânsito ajudar as pessoas. Então, todos nós presentes, pais e mães de família, somos pessoas sérias e que querem o reconhecimento da cidade. Não irei me estender muito.

Por isso, peço aos senhores que nos apoiem nessa aprovação. Há um gráfico que está sendo colocado para as pessoas, também na pasta. Pegamos os que viraram expediente e mostramos, em gráfico, as ocorrências de agressões, furtos de talão, agressões verbais ocorridas na CET nos últimos anos. Isso é uma pequena parte, a que virou estatística, pois foi transformado em expediente. Mas não tivemos um resultado objetivo, um 'finalmente', a punição dos agressores.

Este também é o objetivo. Registro que três agentes morreram. Em aproximadamente seis ou sete cidades no país já há adicional de risco de vida para os agentes de trânsito. Peço o apoio dos Srs. Vereadores e do pessoal presente, a quem parabeno pela participação.

Boa tarde, muito obrigado. Outros colegas irão falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Passo a palavra ao Fred, conselheiro do CRE.

O SR. FRED - Boa tarde, Srs. Vereadores, colegas presentes. Hoje vim relatar um fato que acontece todos os dias com agentes da CET. As agressões são, na maioria das vezes, verbais, mas, infelizmente, não fica só nisso. Agressões físicas é o que mais acontece hoje em dia na CET, chegando, como o colega Souza mencionou, à morte, homicídio, o que ocorreu a três colegas da companhia.

Uma vez eu estava fazendo uma fiscalização na região da Mooca, próximo à Rua João Batista de Lacerda. Fui abordado por um motorista de veículo, que me informou que havia vários carros estacionados na rua onde ele morava, e solicitou que tomássemos uma providência.

Eu me desloquei até o local, percebi que estava havendo algum evento, e consegui fazer a remoção desses veículos do local, pois atrapalhavam muito. Comecei a fazer a remoção. Por orientação da CET, não atuamos de imediato. Chegamos, orientamos. Geralmente retiramos os veículos dessa forma.

Grande parte desses veículos foi removida. Sobraram dois, cujos proprietários não foram localizados. Foram efetuadas as duas autuações. Quando eu estava terminando a segunda autuação, o motorista chegou pelas minhas costas e deu um soco no meu rosto. Começou a sangrar na hora, algumas pessoas apartaram, eu estava sozinho, pois, na maioria das vezes não trabalhamos em dupla - esse é outro fato que contribuiu para as agressões físicas. Quando se está em dupla, é mais difícil ocorrer agressões. Até hoje esse motorista não foi punido, e isso já faz três anos.

Houve vários outros fatos, estou há 11 anos na companhia, essa não foi a primeira nem será a última agressão que sofri.

Esse exemplo tem de ser contado nesse processo. Temos de mudar a maneira de ver os agentes de trânsito, não só de São Paulo. Isso deve ser extensivo a todo o território nacional. E informar que o agente de trânsito da CET não é, na maioria das vezes, um agente de trânsito. Faz serviço de bombeiro, de gari, às vezes pedem até para prendermos bandido. E fazemos tudo o que podemos e, na maioria das vezes, até o que não podemos.

Não vou me estender muito pelo horário. Agradeço a todos pela presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O próximo é Marcos Vinícius, conselheiro do CRE. Em seguida, o Norberto, operador.

O SR. MARCOS VINICIUS - Boa tarde a todos. Sou conselheiro do CRE; Gestor de Trânsito dessa companhia; especialista em trânsito formado pelo CEAT, diplomado; Diretor da Abptran - Associação Brasileira dos Profissionais de Trânsito, registrada e a ser lançada para iniciar suas atividades no mês de dezembro ou janeiro.

Venho aqui registrar alguns fatos que estão ocorrendo e não estão no material entregue a vocês, é mais referente à agressão a fiscalização. Eu quero falar do risco que os agentes de trânsito da nossa cidade sofrem no dia-a-dia, e que às vezes por alguns colegas da companhia são tratados como comédia. Damos muitas risadas. Mas poderia fazer parte de uma estatística como morte ou alguma lesão a essa pessoa.

Anotei algumas coisas em minha agenda como o apoio que damos ao trabalho imagem ao cidadão porque não sabemos quais são as condições psicológicas, as condições físicas e

mentais dos condutores da nossa cidade. Tivemos o nosso amigo Formigone(2) morto atropelado por uma reversível por um condutor alcoolizado. Isso é fato e acontece por aí. A ajuda de munícipes para remoção de veículo quebrado, por exemplo, já nos deparamos em ajudar assaltante que estava roubando um veículo. Nós chegamos, empurramos o veículo até um posto de gasolina e ao chegar lá o assaltante fechou o veículo e se mandou. Fomos ver o que estava acontecendo, acionamos o policiamento e soubemos que o veículo era roubado. E poderia ter acontecido porque disse nosso colega, o pessoal confunde a CET com policiamento. Com essa atitude de ajudar os outros poderia ter levado uma bala, poderia não estar aqui neste momento.

Outro caso que é rotina diária da nossa fiscalização, cito o exemplo de um operador meu que estava na Avenida Guilherme Cotching fazendo fiscalização em ponto de ônibus, chegou com sua viatura com a giroflex ligada, para remoção de táxi estacionado. Quando se aproximou o taxista saiu pulado do carro, dizendo graças a Deus, agarrou-se ao operador, você me salvou. Nisso saiu uma pessoa correndo, de dentro do táxi, esse taxista estava sofrendo um seqüestro relâmpago. Esse operador poderia não mais estar aqui para assistir esta audiência pública, poderia ter sido morto.

Após citar essas confusões, os riscos de atropelamento são diários, freqüentes. Alguns estão aqui, mas outros não por causa de condução física e mental de motorista alcoolizado. Por mais que redobre o cuidado na via sempre está sujeito a esse tipo de acidente.

Em relação ao adicional, o valor é muito modesto em relação ao trauma que a família da gente pode sofrer ou que os funcionários da companhia passam quando acontece alguma coisa com colegas de trabalho. Esse dano é o maior e na maioria dos casos irreparável. O trauma fica. Então, no adicional não só pedimos 12% que é modesto. Se isso fosse jurisprudência estaria aprovado porque os municípios, as outras cidades têm, são 23 municípios que tem o adicional de trânsito. Cito alguns exemplos: São José dos Campos, Guarulhos, Goiânia. Se houve jurisprudência, fosse em relação ao Direito, isso estaria praticamente ganho. Mas irreparável é o trauma que fica.

Estamos pedindo o rádio, não assistência somente penal, como civil também porque o agente tem o direito de reparo. A companhia tem de dar apoio na esfera civil para que não só a pessoa sofra ou fique pagando cesta-básica, mas que seja repassado a quem está fazendo a fiscalização no trânsito de São Paulo.

No mais, tenho a lhes dizer mais um caso. Várias vezes trabalhamos em eventos sem o apoio do policiamento. Nem por isso deixamos de fazer o nosso papel. Não nos intimidamos com a presença de flanelinhas. Hoje na região do Anhembi, nós, meus oito operadores de trânsito, botamos respeito dentro do Anhembi e nas vias. E várias vezes os flanelinhas tentaram nos intimidar. Hoje, conquistamos o respeito deles porque a ética e a idoneidade dos funcionários da nossa companhia, eles não podiam ganhar.

No mais, agradeço a todos pela presença. É isso que tenho a falar a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O próximo é o Sr. Norberto que é operador. Em seguida o Sr. Ururai.

O SR. NORBERTO – Boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde colegas. Vou tentar ser breve. Estou lotado na GET-3. Meu caso é mais um caso de agressão. Na época eu era lotado na GET-Brás que faz a região central do Brás, Rua Oriente e centro comercial. Fui acionado para retirada de código 610, estacionamento proibido, e ao chegar nas proximidades me deparei com um carro estacionado em fila dupla. Coloquei a viatura atrás, giroflex, todo o procedimento. Chegou uma senhora dizendo que o carro era do filho dela, que já ia retirar. Onde está seu filho, perguntei. Ela disse: está tomando café. Por gentileza, chame seu filho. Demorou cinco minutos e eu com a viatura ligada, e não é procedimento estar esse tempo todo esperando. Apareceu o filho dela: ah, o carro é do meu irmão. Por gentileza, está atrapalhando o trânsito. Espero e nada. Nisso um colega que estava próximo perguntou para mim: você ainda não autuou o veículo? Falei: não, eu tenho outro acionamento, anotei a placa dele e sai do local. O local para o qual tinha sido acionado era em rua próxima, mais ou menos uns 80 metros do local anterior, na Rua Muller. Chegando lá tinham oito carros, como o caso do colega Fred, eram oito carros estacionados de modo irregular. Eu e o colega retiramos seis e sobraram dois. Desses dois infelizmente fizemos autuação. Ao fazer a autuação esse rapaz proprietário do carro, depois de mais de vinte minutos, veio por trás, eram quatro pessoas, dois

seguraram o colega e os outros dois vieram para cima de mim. Ah, você autuou, você é isso e aquilo, com palavras de baixo calão que não compensa repetir. Me agrediram com porrada, murro, chute que resultou numa costela trincada, cinco pontos e fomos parar delegacia. Isso tem mais de três anos. Até hoje não aconteceu nada. A companhia não me deu apoio. O apoio jurídico, foi lá o advogado na época, fizemos a ocorrência, parou nisso. Até hoje não tem resultado. O rapaz continua na feirinha do Brás trabalhando normalmente. Eu tive mais de um mês de prejuízo, fiquei esse tempo afastado por causa do acidente. O trauma que o colega falou após a agressão é muito grande realmente. Até hoje faço a minha função, não deixo de fazer a minha fiscalização, mas sempre com o pé atrás. Porque quem é agredido uma vez sabe como é chato, como dói, e a falta de apoio.

Por isso a importância da aprovação de projeto dessa magnitude.

Agradeço também a presença dos colegas e a oportunidade de ter podido contribuir. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado Norberto. Tem a palavra o Sr. Ururá. Depois terá a palavra o Edinei, conselheiro.

O SR. URURÁ – Boa tarde Srs. Vereadores, colegas. Meu depoimento é simples. Foi uma agressão de um motoqueiro que sofria na Avenida Luiz Inácio de Anhaia Mello. Fiz sinal para o motoqueiro afastar porque estava na faixa de pedestres para que atravessassem a faixa sem risco, e ele não acatou. Eu só fiz a ele e mais nada. Nisso abriu o semáforo e ele foi embora. Não deu cinco minutos, ele retornou me inquirindo se eu o havia autuado. Falei que não. Falou que queria ver e eu falei: o meu talão de multa é de uso pessoal, não vou mostrar a você. Ele me xingou e saiu. Quando ele saiu eu voltei a minha atenção para o movimento que estava monitorando. Nisso, por trás, ele me deu uma “capacetada”, eu caí, pararam outros motoqueiros e começaram a me agredir. E eu deitado levando pancada por trás, pelo lado. Fui para o hospital, todo deformado, fui socorrido, passei um dia em observação. Isso faz praticamente dois anos que aconteceu. A pessoa que me agrediu tem um homicídio culposo e um estelionato e está solto. Não acontece nada com ele.

Acho que o meu depoimento em relação aos 12%, como disse o meu colega, é um valor até irrisório pelo que você sofre, mas é um incentivo para a gente trabalhar porque na realidade somos alvo na rua. Isso tem de mudar, tem de haver o apoio da empresa nesse ponto.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra Edinei que é conselheiro e teve a experiência negativa de ter sido agredido.

O SR. EDINEI – Boa tarde Srs. Vereadores, colegas presentes. Como já foi dito, quando a gente pára para dar auxílio não sabemos quem é o motorista que está lá. O que aconteceu foi um acidente com vítima, há algum tempo, em 2004. Só para exemplificar para os Srs. Vereadores, quando a gente tinha rádio conosco, no dia-a-dia, em qualquer situação de emergência chamávamos a nossa central via rádio e todos os outros operadores que estavam trabalhando naquele momento escutavam e vinham para o apoio. Hoje, a dificuldade é maior porque são os *palms* e a equipe, muitas vezes, não sabe o que está passando com o operador naquele momento.

Houve um acidente com vítima na Avenida Salim Farhat Maluf e eu estava próximo e pedi apoio da equipe, e o carro que causou o acidente era roubado. O assaltante puxou a arma engatilhada, a curta distância, e falou: eu vou te matar. Falei: matou. Até aí ninguém sabia que o carro era roubado. Falei: matou. Como a equipe de viaturas estava chegando para dar atendimento ao acidente, se deparou com a cena e veio prestar auxílio. O ladrão fugiu, roubou um outro carro e foi embora. Chegou o policiamento, chegou o resgate; o pessoal do policiamento puxou os dados da placa do veículo: o veículo havia sido roubado algumas horas antes, em Perdizes.

Pela descrição da ocorrência que o pessoal do policiamento teve, depois, no DP, de como foi o roubo desse carro, o Sargento da PM virou para minha e falou: “Meu irmão, você teve muita sorte. Ele engatilhou, ele ia atirar. Ele só não atirou porque a equipe chegou”. Então, os parceiros chegaram e isso o assustou e ele não atirou.

Como o Eloni falou, talvez eu não estivesse aqui, se não fosse esse atendimento, como sempre teve, e todo mundo que está na operação sabe disso, de o pessoal chegar rápido, quando você precisa, quando você tem uma prioridade. Hoje, infelizmente, não temos mais esse apoio, não chegamos mais rapidamente.

Na pasta que foi passada aos senhores, temos reportagens, além do gráfico que foi apresentado; também temos na pasta, como o Souza falou, a questão de comunidades do Orkut que ameaçam; o cidadão propõe até uma recompensa para quem rouba um talão; ele propõe uma recompensa para quem atropela um operador – isso aí qualquer um pode entrar no Orkut e ver isso.

Infelizmente, apesar de tudo isso, continuamos sem o apoio. De repente, alguém de cabecinha um pouco mais fraca lê um negócio desse no Orkut e fala: "Pô, vou ganhar um dinheiro fácil; vou atropelar um marronzinho". Estamos sujeitos a isso, sim.

Como o Dr. Salomão falou, é chuva, é sol, estamos expostos a tudo isso, à poluição sonora, à poluição do ar, e nós estamos sempre aí na rua, cumprindo a nossa obrigação. Apanhamos; revólver na cara; colegas nossos já foram esfaqueados.

Agradecemos imensamente, Vereador, por esse projeto de lei; agradecemos ao apoio, Vereador Agnaldo Timóteo, que está aqui conosco, e aos outros Vereadores também; a todo o corpo operacional - o pessoal do corpo operacional que veio aqui dar esse apoio a nós.

Esperamos que esse projeto se torne realmente lei, como foi falado, não só pela reparação financeira, mas o apoio médico, psicológico e jurídico que a empresa terá de prestar a nós.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Odinei.

O próximo é o Luiz Antônio Queiroz, Presidente do Sindicato dos Operadores, para fazer do uso da palavra, aqui ao microfone; em seguida, o Cirino, que é operador da CET. Temos mais três, depois do Luiz; e, aí, encerraremos esta audiência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO QUEIROZ - Bem, boa tarde aos companheiros e companheiras; nobre Vereador Paulo Fiorilo, parabenizá-lo pela iniciativa do projeto; ao nobre Vereador Agnaldo Timóteo, pelo apoio; e aos Vereadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça.

Não vou ser repetitivo, mas tecer alguns comentários sobre alguns pontos. Como o nobre Vereador João Antônio disse, na questão de vício de origem. Entendemos que essa questão não é cabível, por conta de que o projeto não se trata de uma questão de dano ou de uma questão de penosidade, que seria aí uma forma que você regulamentar o que está na Constituição Federal. Aí, sim, se poderia estar sendo alegado um vício de origem; mas, sim, uma lei normal de gratificação da função, que há em outros municípios, e é muito bem possível e provável e factível de se ter no Município de São Paulo.

Agora, uma coisa também temos de ter muito claro: a questão da violência, em que pese realmente a parte mais difícil dessa situação, ela não diminuirá com a questão da compensação, porque a compensação vem de outras coisas também: os problemas osteomusculares que ocorrem no operador são muito grandes. Já houve alguns estudos médicos do Dr. Ubiratan em que o ar que o operador respira na Marginal é altamente nocivo. E outras coisas, como o estresse que se tem, que leva a pessoa a baixar, enfim, a entrar no INSS, tudo isso. Então, é um conjunto de coisas.

A questão da violência vai ser diminuída a partir de uma ação da Companhia, de uma mudança de postura, de visão da sociedade frente aos trabalhadores da Companhia de Engenharia de Tráfego que, infelizmente, nesses 30 anos, nunca se preocupou com essa visão. E o fato também de que essas coisas acontecem e não tem um desfecho esperado, quer dizer, a impunidade acaba fazendo isso que ocorre no Orkut, acaba incentivando as pessoas a cometerem a violência.

Então, não quero me alongar também, porque o tempo é exíguo, mas o projeto tem coisas muito mais importantes, não só tão importantes como a questão da compensação monetária, mas do trabalho em dupla, que é algo pelo que brigamos há muitos anos. Nós sempre brigamos por isso, e a Companhia sempre, nesse ponto, teve um pé atrás, não sei por qual motivo - talvez, por falta de quadros. O Salomão até colocou aqui muito claramente: você pega o México, com dez mil, com uma frota mais ou menos idêntica, e você tem aqui, na CET, por volta de 1.800, 1.500, para uma frota de aproximadamente 6 milhões de veículos.

Então, são essas questões que têm de ser colocadas. E espero, com o apoio não só dos Vereadores da Comissão, mas com a articulação política da Casa, e é uma casa essencialmente política, que vá para o Plenário, e que seja aprovado e que realmente a Companhia use não só a situação que o Salomão colocou, da responsabilidade social, e que tenha uma ação maior, que resulte nos resultados esperados, que tenha os resultados esperados, quando houver uma situação de agressão dos trabalhadores. É isso.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Luiz Antônio Queiroz.

Vamos chamar agora o Sr. Cirino, que é operador, para fazer uso da palavra. Em seguida, o Sr. Paulo Afonso de Castro.

O SR. CIRINO - Boa tarde a todos.

Não vou ser muito redundante também, porque as agressões já foram bastante relatadas.

Queria destacar, como o Queiroz falou, e a situação de se trabalhar sozinho, numa Marginal, como ocorre hoje na CET, acho extremamente grave, e isso tem de ser resolvido.

Estamos sem rádio de comunicação, que passamos a utilizar os *palms*, que dificulta mais ainda, colocando-nos mais vulneráveis.

Outra coisa, aí mais para nós olharmos para a parte que nos cabe: isso aqui é uma participação democrática e política, que é necessária, porque é isso que vai mostrar aos Vereadores que vão avaliar esse projeto. Então, se isso não acontecer, não adianta. Se não tivermos nossa mobilização, porque é plausível a quantidade de pessoas que temos presentes, mas sabemos que poderia ser muito mais. Pessoas que saíram de manhã, de todos os turnos. Então, temos só um turno, neste momento, trabalhando. Os demais ainda vão, outros já saíram, outros, à noite, como é ao meu caso. Então, temos de despertar para essa participação política. Sem isso, não chegaremos a lugar algum.

Há Vereador aqui que já foi Presidente da CET, que também sabe que estamos falando. Quer dizer, é mais fácil ainda. Então, vamos ter de buscar, todos os Vereadores que vão discutir esse projeto, apreciá-lo.

Então, volto a frisar que a nossa participação é fundamental; conhecer esse projeto, porque, de repente, muitos estão aqui, mas conhecem só o número e tal. Precisamos verificar exatamente isso.

A questão da gratificação é um ponto, mas a situação da atividade penosa e da nossa segurança, o respeito.

Gostaria de lembrar também que, tempos atrás, ainda estava na representação, e tivemos uma discussão grande com o Sr. Marcelo Rezende que, talvez, por desconhecer nossa atividade e até a cidade, às vezes, de saber como se faz aquela atividade; repudiamos, em nota, em *e-mail*, com a direção da Record, onde ele estava, à época.

Então, precisamos também ser seletivos até no que estamos assistindo, boicotar; agir como nações desenvolvidas e instruídas - que me vejo assim, acho que o nosso grupo é de um pessoal bastante instruído; precisamos nos politizar mais, pois isso é necessário, porque, por meio disso, essa votação tem de ser de convencimento; mostrar a necessidade disso para a cidade; e esse projeto tem de atender a nossa necessidade.

É aquela coisa: cada um trazer mais dois, convencer mais dois, mais três.

Muitas pessoas que são do meio, estão sempre participando de todo evento político, e muitos novos - que é bastante importante; e a localização daqui é central, quer dizer, dá para todas as jets (?) chegarem, porque é o centro.

Então, é mais isso, um alerta para a necessidade do nosso interesse e participação nisso, porque sabemos que as normas internas podem ser descumpridas, mas, quando é uma lei no *Diário Oficial*, isso passa, de fato, a ter de ser respeitada.

Então, fica registrado isso, que é mais essa reflexão. O relato que sabemos de agressões.

Tivemos, sábado à noite, um acidente grave, na Jet-4 (?), na área da Anchieta: quase perdemos um operador lá; o guincheiro foi atropelado. Isso pode ser, talvez, falta de material para trabalhar, pois isso ocorre. Então, são coisas que, às vezes, não chegam até essa esfera da discussão, até porque é uma coisa interna, mas é extremamente grave. Tem de se fazer uma canalização mais extensa, porque, quando se pega uma Marginal ou uma Radial, é como se estivesse numa Rodovia dos Bandeirantes, numa Imigrantes. Então, temos de trabalhar com muito mais segurança. De repente, com mais de uma viatura na situação.

Então, é bem isso: a nossa reflexão para a importância desse projeto aqui. Acompanhar, pois hoje há Internet. Existe um monte de porcaria na Internet, sim, mas temos de acompanhar isso que está acontecendo, que nos diz respeito. E os nossos dependentes, familiares, em tudo isso aí. Então, é bem isso; é uma reflexão.

Agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Cirino.

Convido agora o Sr. Paulo Afonso de Castro, para fazer uso da palavra. Por favor, pude usar o

microfone, à minha direita.

O SR. PAULO AFONSO DE CASTRO - Srs. Vereadores, senhores Agentes Operacionais da CET, em primeiro lugar, trago o reconhecimento da empresa pelo trabalho louvável que desempenham. São um funcionário recente da empresa, mas que, por mais de 30 anos, prestei serviço ao Estado, na qualidade de advogado, Chefe do Jurídico da Companhia do Metrô, e tenho observado com muita atenção, com muita disposição, a capacidade, a qualidade do serviço que a CET presta aos munícipes.

Por outro lado não poderia deixar de fazer algumas ponderações, a respeito dessa iniciativa e começando pelas dificuldades, pelo orçamento apertado que essa CIA de Trânsito teve nos últimos exercícios, depois de vários exercícios fiquei sabendo, o orçamento de 2007 foi o único está aprovado por essa egrégia Casa no valor pedido na previsão feita pela CIA. Essa gestão encontrou essa empresa degradada, encontrou os senhores com dificuldade, com carros de 15 a 16 anos, em operação. A reposição dessa frota, a reposição do salário que está sendo corrigido e toda essa engenharia de trabalho brilhante que os senhores prestam, tudo isso está sendo levado em consideração. É uma reivindicação justa, não podemos confundi-la com aquelas cidades que já tem essa gratificação de serviço paga, porque talvez sejam funcionários públicos da própria Prefeitura, são pouquíssimas as cidades que contam com uma sociedade, economia mista, com uma empresa de prestação de serviços sobre o viário público, temos de fazer essa diferença. Hoje de der essa gratificação de serviços aos senhores, amanhã eu serei um beneficiado dessa gratificação, e eu estou de passagem pela Companhia e não tenho a intenção de permanecer por muito tempo. Sou uma pessoa aposentada com uma idade que não permite mais um serviço que a CIA mereça, pelo que me paga. Quero deixar bem claro que a companhia não tem essa previsão no seu orçamento. Ou ela transforma-se num departamento, seja incorporada pelo departamento, pelo DSV, ou transforma-se numa autarquia como já se discute para que isso possa ser feito.

Por outro lado, existe a idéia: Vamos fazer, vamos dar essa gratificação. Fizemos uma conta, superficial, que implicaria com a extensão que pedirão os empregados administrativos, têm cerca de 1 milhão de reais por mês. Quem vai pagar essa conta? Não existe. Falaram do vício de iniciativa. Sei que pode o Prefeito, perfeitamente acolher, a intenção desse nobre Vereador é grande, não tenho dúvidas quanto a isso. Tudo que se falou aqui eu vivencio porque sou hoje um dos advogados desse jurídico estou lá assistindo o trabalho dos advogados, quando reclamam que sofreram agressão e que faz três anos e não foi ninguém para a cadeia. Cobrem da lei. Da Legislação Penal, processual, cobrem do Estado, porque são crimes de ações públicas. Não são crimes que possam o advogado intervir. O advogado faz a representação e se tiver lá, quero ver aquele processo, ele começa a ser mal visto. Muitas vezes, o inquérito, a portaria de inquérito que remete esse processo para justiça, para ser reconhecido e processado o crime do criminoso lá, muitas vezes demora, prescreve o crime e pode fazer o advogado da empresa, o que pode fazer a CET? Nada. Não tem função que permita fazer isso. Hoje temos a Secretaria de Transporte um Promotor Público, converse com ele. Veja o que pode ser feito. Quantas vezes não fomos assistir colegas dos senhores na Promotoria da Cidadania, porque não coibiu uma passeata na Paulista, e muitas vezes com a mesma ênfase que sempre defendendo as minhas causas eu vou lá para discutir, eu apresento defesas enormes, bem feitas para que fique claro, que não é culpa dos agentes o fato de desfilar na Paulista, que é proibido pelo Ministério Público, por meio de termos de ajustes. Enfim, tem de ser sim, ponderado. E outra coisa o que procurei saber nesse período: "tem de dar essa gratificação, etc...." Olha gente! Também se convençam de que no salário dos senhores existem os componentes de segurança, de risco, de agressão e de tudo mais.

Com relação a essa ação penal, acho que deixa bem claro de que não é uma responsabilidade da empresa quanto a demora ou a falta de disponibilidade. Por outro lado, essa criação despesa é uma coisa que acho que existe, e para isso existe a condução política dos Srs. Vereadores, do Poder Legislativo, e por último, a dificuldade maior mesmo é de se caracterizar uma gratificação de serviço parcial dentro da empresa. Hoje a sexta parte que é uma reivindicação normal da empresa está sendo negada, sob a alegação de que o empregado da CET é celetista. Não recebe vencimentos, recebe salário. Essas são as ponderações minhas superficiais. Eu não ia falar. Só vim aqui para falar sobre o problema da Ação Penal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Paulo. O senhor é Agente de fiscalização? (Pausa) O senhor é advogado. Então, na realidade o senhor não vai receber dos

12%.

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Talvez a previsão dos 12% seja para os agentes de fiscalização. Porque, como o senhor disse que o senhor também recebeu, eu fiquei em dúvida. Não, claro. Aí o senhor pode pedir, mas não vai receber por aqui. Sr. José Andrea Basílio, último inscrito, para a gente poder encerrar esta audiência.

O SR. JOSÉ ANDREA BASÍLIO - Srs. Vereadores, demais componentes da Mesa e todos os presentes, boa tarde. É uma satisfação estar novamente falando nesta Casa onde estivemos no passado próximo discutindo o tema que foi o Art. 320 do Código de Trânsito, que o Vereador citou aqui. Na ocasião a presidência da Mesa era feita pelo Vereador José Farhat, com a diretora do Denatran. E o engenheiro e jornalista Roberto Salvador Scaringella, que hoje é nosso presidente. E o Sr. Adauto Martinez que hoje também é nosso diretor de operações.

Queria trazer uns dados que, em relação ao resto do mundo, nosso país, apesar do pouco tempo de república, temos legislações avançadas, como por exemplo, uma das melhores legislações do mundo na área de saúde e segurança do trabalho. E o Código de Trânsito Brasileiro também. Os nobres Vereadores sabem que o que resta são os desafios nacionais, e aqui em São Paulo, pela municipalização do trânsito, por exemplo, que é agilizar a regulamentação da legislação de trânsito, por exemplo. E de praticar e usar a legislação para que se crie consciência e as condições de poder executar.

Precisamos esclarecer que muita gente fala de agentes de fiscalização; nós somos agentes da autoridade de trânsito, que em São Paulo é o diretor do DSV, que foi criado na virada da década de 60 para 70, pelo prefeito Olavo Setúbal; na sequência, com a criação do Metropolitano de São Paulo, foi criada a CET, em 76, já buscando no bojo a atual municipalização do trânsito para São Paulo, que era antigamente feita pela Polícia Militar, pelo Governo do Estado de São Paulo.

Então, pouca gente, a municipalidade não sabe o que faz a CET. Não sabemos; por exemplo, nós que estamos na CET, porque estamos na CET automaticamente ou num efeito de trabalho e coleguismo e corporativismo, achamos que o município está contra nós. Mas fora da CET nós somos municípios também. Então, a municipalidade não sabe que a CET trabalha num tripé de planejamento, engenharia e projeto. E que ela trabalha com a fiscalização de trânsito, cumprindo não só o código de trânsito, mas também a legislação penal. E ela trabalha com outra perna do tripé que é a educação do trânsito, e leva um outro projeto que é incluir isso no currículo escolar. Formando a criança é que vamos ter a conscientização do cidadão no futuro de um melhor trânsito. Então, é um trabalho de formiguinha que nós fazemos.

Aí, os 5 milhões de veículos que nós temos hoje na via, basta já disso. Um motociclista que morre por dia na cidade de São Paulo. Nós vamos sair daqui, vários de nós, para operacionalizar agora o maior corredor de trânsito da América Latina, as duas Marginais com a Av. Bandeirantes passa o Rio de Janeiro. E alguém pode perguntar: o que isso tem a ver com o assunto em questão? Ora, se perguntássemos ao nobre Vereador Agnaldo Timóteo quanto valem suas cordas vocais - 10 mil, 100 mil, 1 milhão de reais, 100 milhões, 1 bilhão - certamente ele vai dizer: não tem valor. O princípio aqui é o mesmo. O que se está tratando aqui não tem valor, não é uma questão monetária, é questão de que a cidade de São Paulo está valorizando os custos de acidentes que nós temos na cidade, pelo trânsito de São Paulo que mata mais do que guerra; gastam-se milhões e milhões de reais do orçamento. O custo de congestionamento de trânsito, mercadorias; quanto a cidade de São Paulo está perdendo por isso. E quanto nós estamos dispostos a incentivar e a fornecer e equipar a Companhia de Engenharia de Tráfego para que desempenhe e cumpra esses desafios, como a gente citou antes.

Para finalizar, esse projeto que vem de longa data, da década de 90; na virada de 2000, como falou o presidente do sindicato, o Dr. Ubiratan, médico-chefe pneumo do Hospital dos Clínicas, do INCOR, cidade de São Paulo, fez estudos na empresa que foi a aprovação da tese de doutorado dele; foi feito esse trabalho dentro da CET. Depois, na virada de 2005/2006 foi retomado outro estudo da Faculdade de Medicina de São Paulo. E agora novamente estamos em questão com esse avanço que estamos discutindo aqui, nesta Casa.

É importante que se leve em conta essas discussões de valores, não só discussões de preços ou de casos isolados, mas o que a cidade vai fazer para que nós possamos desempenhar

melhor o nosso trabalho. Economizar e gerar renda para a cidade, uma das maiores capitais da América Latina, maior corredor do mundo e maior corredor de trânsito da América Latina.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço ao Sr. José Andrea Basílio. Antes de encerrar quero registrar a presença do Sr. Claudio Bispo que é diretor de representação da SPTrans; do Sr. José Augusto Fagundes, do Sindicof; e do Sr. Benício Alves Teixeira, diretor de representação da Prodam.

Queria só informar aos que puderam ficar até o final, que a Prefeitura de São Paulo todo ano envia à Câmara uma proposta orçamentária. Nós estamos exatamente no momento de discutir o orçamento da Prefeitura; quanto ela vai destinar para cada Secretaria e cada órgão, entre eles a própria CET.

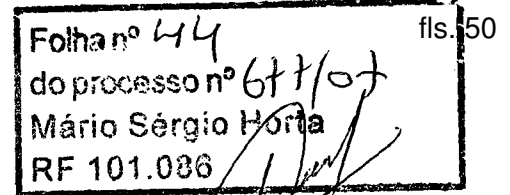
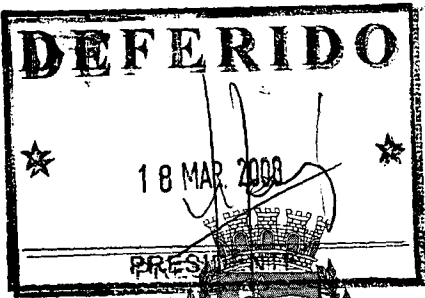
Segundo: informar a cada um de vocês que a Prefeitura, durante este ano, deixou nos bancos da cidade 5 milhões aplicados rendendo juros, e terminou o ano passado com superávit de 1,1 bilhão. Portanto, me parece nada mais justo que a gente possa aqui discutir uma compensação para aqueles que sofrem nesta cidade. (Palmas)

Quero agradecer a presença do Vereador Agnaldo Timóteo, dos Vereadores João Antônio e Farhat que estiveram aqui, e a presença de cada um de vocês. Muito obrigado, vamos continuar o debate. Um bom final de semana a todos. Está encerrada a nossa audiência pública.

S

Segue	M	juntado	S	, nesta data
Documento	S			de informação
Rubricado	S	por folha	S	n°
Em	24	103	108	

MÁRIO SÉRGIO HORTA
RF 101/003
Secretário



Câmara Municipal de São Paulo

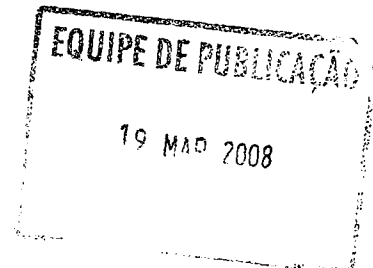
REQUERIMENTO "D" Nº

13 - RDS
13- 0258/2008

REQUEREMOS à Douta Mesa, na forma regimental, a juntada das inclusas cópias de matérias jornalísticas no Projeto de Lei nº 677/07, de nossa autoria, que dispõe sobre a instituição de Gratificação de Serviço e a proteção dos agentes de fiscalização de trânsito no exercício de suas atividades.

Sala das Sessões,

Paulo Morilo
Vereador



À SGP-15, p/ juntar aos autos do PL 677/07.
Em 19/03/08
ANGELA BULCIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

REDEEM EM SGP-15
Em 15/03/08
14:00

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15



Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

Folha nº 06/03/08
43
nº 677/07
10101010
RF 101.03

Sem palmtop, agente liga a cobrar para CET para passar ocorrência

Na falta de aparelho de comunicação, marronzinho apela a celulares próprios ou a orelhões para informar registros

Segundo agentes ouvidos pela Folha, problema afeta agilidade na hora de lidar com obstáculos à fluidez do tráfego, como acidentes

**RICARDO SANGIOVANNI
ALENCAR IZIDORO
DA REPORTAGEM LOCAL**

Agentes de trânsito têm trabalhado nas ruas de São Paulo sem equipamentos de comunicação da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e com a orientação de avisar sobre ocorrências que atrapalham a fluidez ou segurança viária por meio de telefonemas a cobrar —feitos do celular pessoal ou até mesmo de orelhão.

A situação afeta a agilidade para a retirada de obstáculos que contribuem com os congestionamentos. Ela foi confirmada pela **Folha** em entrevistas reservadas com marronzinhos que trabalham em ruas da zona sul e do centro da capital. A reclamação já chegou também aos órgãos de representação dos funcionários da CET.

A falta de aparelhos de comunicação foi agravada nos últimos dois meses, por conta do encerramento do contrato com empresas que forneciam palmtops —computadores de mão— para que os agentes de rua os utilizassem como um celular.

Ele vinha sendo renovado a

cada seis meses, desde 2005, por meio de contratos de emergência. Mas, diante de pressões inclusive da Promotoria devido às sucessivas contratações dos palmtops sem licitação, foi cancelado no final de 2007.

A CET não explica como tem ocorrido a comunicação com os marronzinhos desde então. A **Folha** apurou que, apesar do fim do contrato, ao menos parte dos palmtops ainda é usada pelos agentes até hoje, mas não há reposições nem conserto.

Nas ruas, marronzinhos dizem que, além dos telefonemas a cobrar, a orientação dos chefes é sair atrás de outros colegas que possuam palmtops.

O padrão, dizem os agentes, é comunicar a central antes de agir em emergências, como acidentes ou obstrução de vias. Na prática, porém, muitos casos põem os fiscais em apuros.

“Ontem [anteontem, dia em que faltou energia em 21 bairros], quando apagou um semáforo do cruzamento, fiquei sem saber se saía para procurar ajuda ou se cuidava do trânsito”, afirma Sérgio (nome fictício), que está na CET há seis anos e que não tem celular pessoal para ligar a cobrar para a central.

Segundo a própria CET, a interdição de uma faixa por 15 minutos é suficiente para provocar 3 km de engarrafamentos —que demoram meia hora para serem dissipados.

Ou seja, quanto mais demora a tomada de decisões e envio de equipes pela CET, mais aumentam os engarrafamentos.

Um executivo da companhia afirma que a dificuldade de contato com os fiscais de rua atinge principalmente os últimos turnos de trabalho. Os palmtops que ainda estão em funcionamento ficam sem bateria e não há outros para fazer as reposições ao longo do dia.

Um agente diz que há quatro meses não recebe palmtop quando é escalado para pontos fixos. “Hoje, até cruzamentos importantes, como na Paulista, Rebouças, Nove de Julho e Faria Lima, estão sem palmtop”.

Os problemas de comunicação —inclusive relatos de agentes orientados a telefonar a cobrar— já chegaram ao Conselho dos Representantes dos Empregados da CET. O presidente do órgão, Marcos Batista de Souza, diz que as reivindicações para resolvê-los são discutidas há mais de dois anos.

Pelo modelo de comunicação, via rádio, adotado até 2005, cada vez que um agente avisava a central sobre determinada interferência no trânsito, os marronzinhos que estavam nas imediações ouviam e podiam se deslocar imediatamente. Hoje, com os palmtops, ela é “fechada” —vai do fiscal para a central, que só depois contata alguém da rua.

PÁG...C7

27



Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

53

06/03/08

Folha nº

outro lado

46
6++pt
Dul

SEM MATERIAL DE TRABALHO

Marronzinhos atuam sem equipamento de comunicação

Alex Almada/Folha Imagem



Agente de trânsito da CET usa celular do colega na av. Paulista

COMO É A COMUNICAÇÃO POR PALMTOP

- 1 O computador de mão é usado como celular para comunicar ocorrências no trânsito diretamente à central de operações da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego)
- 2 Substitui os blocos de relatórios, que eram passados à chefia no final do expediente com informações sobre as ocorrências
- 3 Outros fiscais da companhia não ouvem a comunicação. O socorro é mais demorado e o engarrafamento dura mais tempo.



Atuação sem palm top

O fiscal é orientado a telefonar a cobrar à chefia do próprio celular ou de orelhões ou procurar um colega que tenha palm top. Relatórios são feitos em blocos de papel

2005 é desde quando os marronzinhos usam palmtops

15 minutos de interdição de uma faixa de rua formam 3 km de lentidão

COMO ERA ANTES

- » A comunicação das ocorrências atendidas era feita via rádio a central de operações
- » Fiscais que estavam perto do local ou via rádio contato, o que tornava a mobilização mais rápida
- » Relatórios eram feitos em formulários de papel

CET não diz como agentes se comunicam

DA REPORTAGEM LOCAL

A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) não explicou de que forma está ocorrendo atualmente a comunicação com os 2.100 agentes de rua nem informou quantos palmtops têm sido utilizados por eles em São Paulo.

Em nota, a Secretaria Municipal dos Transportes afirma que o contrato de utilização dos palmtops pelos fiscais da CET foi cancelado em 18 de dezembro do ano passado.

A secretaria diz que o edital de licitação do novo sistema de comunicação está sendo elaborado desde o mês de janeiro, mas não informou a data para concluir a concorrência.

A CET afirma ter requerido o empréstimo de palmtops aos fornecedores enquanto a licitação é preparada. O pedido, no entanto, foi negado.

Mesmo assim, os palmtops que ainda funcionam continuam sendo usados pelos marronzinhos da CET, conforme apurou ontem a **Folha**.

A companhia afirma que "está negociando a manutenção dos serviços de comunicação móvel com as empresas prestadoras do serviço".

Questionada pela reportagem, a CET não respondeu sobre a orientação que os agentes dizem receber dos chefes para ligar a cobrar para avisar sobre interferências no trânsito. A companhia não explicou o procedimento de comunicação enquanto o novo sistema não é instalado.

PÁG. C7

28

06/03/08

Folha nº 41
do processo nº 611/04
Mário Sérgio Horta
PE 101/08

Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

SÓ POR LIGAÇÃO A COBRAR

Marronzinho fica incomunicável

**AGENTES DA CET TÊM
DE LIGAR PARA CENTRAL
DE ORELHÃO OU DO
PRÓPRIO CELULAR**

Mandados às ruas sem equipamento de comunicação, agentes de trânsito são orientados pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) a comunicar ocorrências à central de operações por meio de telefonemas a cobrar, de orelhões ou do próprio telefone celular.

O sistema de comunicação por palmtops foi implantado sem licitação em julho de

2005, por meio de um contrato de emergência, e substituiu o antigo sistema, via rádio. Desde então, o contrato foi renovado a cada seis meses. O último expirou no final do ano passado e não foi renovado. Mas o número de aparelhos nunca foi suficiente para todos os agentes, diz o Sindivários, sindicato da categoria. "Os palmtops quebram e não são substituídos", afirma Luiz Antônio Queiroz, presidente da entidade.

Nas ruas, marronzinhos ouvidos pela reportagem di-

zem que, além dos telefonemas a cobrar, a orientação é sair atrás de colegas que possuam palmtop.

O procedimento padrão, dizem os agentes, é comunicar a central antes de decidir o que fazer em emergências, como acidentes ou obstrução de vias. Na prática, cada ocorrência põe os fiscais em apuros. "Ontem [no dia do apagão], quando apagou o semáforo do cruzamento, fiquei sem saber se saía para procurar ajuda ou se cuidava do trânsito", diz Sérgio (nome fictício).

A CET não informou quantos palmtops disponibiliza aos 2.100 agentes de rua. Em nota, a Secretaria Municipal dos Transportes afirma que o contrato de utilização dos palmtops pelos fiscais da CET foi cancelado no dia 18 de dezembro. A secretaria diz que o edital de licitação do novo sistema de comunicação está sendo elaborado desde janeiro, mas não informou a data da concorrência. A CET não respondeu sobre a orientação que os agentes recebem para ligarem a cobrar. (FSP)



Marronzinho usa celular: ligação a cobrar para central

PÁG. 15

ELIANE GOMES LOPES GAVIOLI
Secretaria

80110103
S-65
&H
Segunda-feira
10/10/2015
10h00



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÕES DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTES: WADIH MUTRAN

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 de março de 2008

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento realiza no ano de 2008.

Pauta única da reunião: "Projeto de lei 677/07, de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorilo, que dispõe sobre a instituição de gratificação de serviços e a proteção dos agentes de fiscalização de trânsito no exercício de suas atividades".

Quero anunciar que o Mário, Secretário da Comissão, está com a lista para inscrição para utilização da palavra, para pronunciamentos. Vamos dar 15 minutos para o proponente da matéria fazer a defesa oral e apresentação da propositura.

Queremos anunciar a presença e peço que faça parte da Mesa, Sr. Paulo Afonso de Castro, Sra. Terezinha de Camargo Lorenzon. São as duas indicações que já se encontram em plenário, realizadas pelo Diretor Presidente da CET, Engenheiro Roberto Salvador Scaringella, por ofício remetido ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Wadih Mutran.

Composta a Mesa, passo a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo, que irá fazer a apresentação da matéria, este projeto de apoio votado em primeira instância o ano passado, Projeto esse que se encontra em tramitação nas comissões, motivo pelo qual a Comissão de Finanças e Orçamento, realiza no dia de hoje a primeira audiência pública da matéria.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, Vereador José Police Neto, agradeço a disposição de presidir esta audiência pública. Sra. Terezinha e Sr. Paulo, que representam, nesta ocasião, o Presidente da CET; público presente, senhoras e senhores, boa tarde.

Esse projeto de lei proposto por mim já foi apreciado por esta Casa no final do ano passado e aprovado em primeira discussão. Agora, a partir desta audiência pública e também das discussões que serão feitas nas Comissões Permanentes da Casa, ele terá condições de ser votado novamente pela Casa e, portanto, de ser apreciado pelo Executivo para sanção ou veto – parcial ou total.

Na audiência pública anterior, tivemos a oportunidade de apresentar as preocupações que motivaram a apresentação desse projeto. Não serei repetitivo até porque poderíamos aproveitar esta audiência pública para, primeiro, dialogar com os funcionários da CET e com os representantes da empresa na tentativa de buscar um compromisso – se não nesta reunião, mas, quem sabe, até a aprovação em segunda e, depois, a sanção do Prefeito.

O projeto tem dois grandes eixos. O primeiro trata de gratificações, entendendo que a atividade prestada é uma atividade que traz danos e é penosa, daí a necessidade de haver uma retribuição financeira por parte do empregador, do Executivo, da Prefeitura, da CET. O segundo bloco diz mais respeito às questões operacionais da companhia, em especial ao apoio necessário – tanto jurídico como psicológico – aos que sofrem com esse tipo de atividade.

A intenção, Sra. Terezinha e Sr. Paulo, em especial o Líder do Governo, Vereador José Police Neto, é que pudéssemos, a partir desta segunda audiência, buscar canais para tentar identificar aquilo que é possível, aquilo que é viável do ponto de vista dos ganhos para os funcionários da companhia, como também o que não está no projeto, mas que poderíamos, quem sabe, ou num substitutivo, ou neste debate, trazer à Câmara Municipal para ser apreciado e aprovado.

Recentemente, nesse último final de semana, dia 23 de março, o jornal *Diário de S. Paulo* publicou uma matéria intitulada "O ódio aos marronzinhos na Internet", que, acho, todos aqui tiveram a oportunidade de ler atentamente, relatando alguns dos vários casos ocorridos com aqueles que trabalham na fiscalização do trânsito da Cidade, no seu dia-a-dia.

A Câmara deu um passo importante, que foi aprovar o projeto em primeira. Pode dar o passo seguinte, que é aprovar em segunda. Mas o que eu quero trazer e em que eu quero insistir nesta minha fala inicial? Não basta garantir a aprovação e, depois, não conseguirmos a sanção da Prefeitura para iniciativas que poderiam contribuir muito do ponto de vista da segurança pessoal ou da remuneração daqueles que sofrem no dia-a-dia. Por isso, mais do que travarmos este debate e realizarmos esta audiência, teríamos que dar um passo para abrir diálogo com o Executivo.

Coloco-me à disposição para isso. Conversei muito com o Vereador José Police Neto, que se mostrou sensível, como sempre, a matérias dessa ordem. A Câmara Municipal deve apreciar, nos próximos dias, projetos de lei que tratam de remuneração para os funcionários das áreas da saúde e da educação. E acho que aqui poderíamos dar um passo importante para também

contribuir com uma outra categoria que vem sofrendo ao longo desses anos e que poderia ser reconhecida neste momento. Tanto porque vivemos numa situação econômica estável por parte da Prefeitura – tanto do ponto de vista da arrecadação como da execução orçamentária – quanto porque seria um reconhecimento público por parte do Executivo, das necessidades daqueles que sofrem no dia-a-dia na fiscalização do trânsito.

Conversas com alguns funcionários e mesmo matérias publicadas recentemente mostram o quadro de funcionários – em especial, aqueles que atuam nas ruas – nesses últimos anos. Se compararmos o que tínhamos em 1992, por volta de 1,8 mil agentes fiscalizadores, hoje temos 1,3 mil, enquanto a frota de veículos da Cidade, de 92 para cá dobrou: tínhamos 3 milhões, temos hoje 6 milhões.

Então, de fato, há uma necessidade urgente de enfrentar esses desafios. Desde o início do ano até agora, o problema do trânsito na cidade de São Paulo foi pauta da mídia, dos vários meios de comunicação da cidade de São Paulo, discutindo saídas, o que fez com que a Prefeitura apresentasse um pacote de medidas, o que fez com que o Poder Executivo buscasse respostas para essa situação que vivemos hoje e que os senhores e as senhoras acompanham no dia-a-dia. Vocês sabem quais são os principais problemas, aquilo em que deveria ser investido.

Do nosso ponto de vista, investir no transporte coletivo de massa, tendo metrô, tendo corredores de ônibus, poderia muito contribuir para diminuir o caos, hoje, da cidade de São Paulo.

Eu estava conversando com um dos funcionários que relatou o que ocorreu no M'Boi Mirim. Tivemos recentemente uma manifestação popular de mil usuários e moradores da região que fizeram ato contra a situação do transporte coletivo. A informação que tive é que a CET a GET-5, se não estou enganado, acabou sendo mobilizada em sua totalidade e o transporte coletivo teve outra fluidez, melhorou muito. Isso demonstra que quando o poder público intervém, coloca o que há de melhor, de homens e mulheres nas condições do trânsito da cidade de São Paulo, o trânsito pode fluir.

O que queremos com esse projeto, Sr. Presidente – e aí encerro para não usar os meus 15 minutos e aproveitar para o diálogo e para o debate – é que com ele uma oportunidade única e impar para que possamos retribuir àqueles que são responsáveis por conduzir ou organizar o trânsito da cidade de São Paulo, uma parte que a Prefeitura, que o Executivo tem condições que é dar gratificação, de dar apoio jurídico e psicológico àqueles que sofrem no dia-a-dia.

Paro por aqui, mas deixo o desafio do diálogo com o Poder Executivo e a Câmara Municipal de São Paulo para que, mais do que aprovar esse projeto, consigamos a sanção do Executivo para que todos os que sofrem tenham seus sofrimentos minimizados, tanto do ponto de vista econômico quanto à assistência jurídica e psicológica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradeço as palavras do Vereador Paulo Fiorilo. Só quero recuperar que esta é a primeira audiência pública da matéria, e o projeto já foi votado em primeira discussão. (Pausa) Esta é a segunda audiência pública, a primeira foi na Comissão de Constituição e Justiça, e não em Finanças e Orçamento. Foi realizada na outra comissão, e comissão esta em que o projeto tem por obrigação tramitar.

Chamo para fazer uso da palavra, e depois compor a Mesa conosco, o Presidente do Sindi-Viários, Luiz Antônio de Queiroz. Muito obrigado pela presença.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE QUEIROZ – Boa tarde à Mesa, aos nobres Vereadores, aos colegas de trabalho. Novamente, vou dizer o que já foi dito na outra audiência na Comissão de Constituição e Justiça, porque o projeto vem ao encontro do interesse dos funcionários. Em que pese não só a questão da gratificação, mas principalmente as questões operacionais estão ligadas ao trabalho em dupla, por exemplo; nas áreas tidas com maior índice de violência, na sua totalidade, à noite. Quanto à questão jurídica, que as coisas, que as agressões, enfim, que vá realmente à frente. Não sei se aí só a questão do Jurídico do CET pode dar conta. Infelizmente, o Judiciário é um pouco leniente quanto às questões do trânsito, quanto ao que acontece neste país, infelizmente. E as outras questões que estão colocadas no projeto. Tendo em vista as questões – como afirmou o Vereador Fiorilo – o Kassab se pronunciou sobre algumas matérias, principalmente quanto aos semáforos da cidade que seriam inteligentes. Isso seria ótimo porque semáforo inteligente, nós temos por volta de mil e alguma coisa desde

a época da gestão Maluf, mas nunca funcionou. Isso por falta de questões jurídicas, de contratos e por falta de verba. Esperamos que isso dê resultado, que seja implantado.

Há outras questões como algumas obras, enfim, eu li em matérias de jornal. Mas infelizmente essa questão dos números colocada na gestão, se não me engano, Erundina, que foi o maior pico de funcionários que tivemos em operação. No entanto, tínhamos uma relação veículo-funcionário da cidade praticamente 100% maior do que hoje. Isso deve ser levado em consideração pela companhia. Acredito que está tendo uma certa vontade de aumentar o quadro da companhia porque realmente hoje está aquém da necessidade da cidade de São Paulo. Hoje, temos por volta de dois mil na área operacional da companhia, e temos o dobro, temos hoje seis milhões de veículos, segundo matéria também, e o ingresso de 800 veículos por dia na cidade de São Paulo. Isso realmente vai acabar travando a cidade. Como já foi dito, São Paulo está sofrendo, logo vai ter um enfarte, uma parada cardíaca, o trânsito vai parar, não vai andar.

Espero, realmente, que o projeto seja aprovado. Espero que outros projetos também. Parece-me que quinta-feira o Presidente da CET foi chamado pela Comissão de Transportes, para esclarecer algumas coisas. Espero que outros projetos também sejam aprovados, não só em benefício da categoria porque o benefício da categoria é o benefício da sociedade como um todo, tanto o usuário do veículo quanto o usuário do transporte coletivo.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradeço o Sr. Luiz Antônio de Queiroz, Presidente dos Sindivíduos.

Anuncio a presença do nobre Vereador Roberto Tripoli e do nosso sempre campeão, nobre Vereador Aurélio Miguel, componentes da Comissão de Finanças e Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Amâncio, agente de trânsito.

O SR. AMÂNCIO – Caros colegas, Srs. Vereadores e representantes da Mesa, nem havia me inscrito, mas, com muito orgulho, estou aqui para falar um pouquinho a respeito do nosso trabalho.

Há muito tempo, funcionários da CET, como eu, vêm reivindicando um pouco mais de reconhecimento ao trabalho que exercem no dia-a-dia. Hoje podemos notar que o sistema de transportes, na cidade, está insuportável. Nós é que pagamos “o pato” diariamente.

Assim, estamos aqui para reivindicar melhores condições de trabalho. Bom seria se estivéssemos aqui para reivindicarmos um adicional de penosidade, insalubridade ou aquilo que viesse nos favorecer.

Como a nossa lei não nos favorece, estamos reivindicando, por meio dos Srs. Vereadores, em especial o nobre Vereador Netinho, que está nos dando uma força, adicional de risco. Esse é o primeiro passo.

Na verdade, teríamos de estar aqui reivindicando o nosso adicional verdadeiro, de insalubridade. Ficamos debaixo de viadutos, como sedes. Dizem que sedes dos funcionários da CET ficam abaixo de viadutos. Dizem que esse lugar é provisório, mas acaba sendo definitivo.

Quando vamos buscar um funcionário que trabalha, por exemplo, sobre um prédio, num PAC, Posto Avançado de Campo, lá ele está sujeito a chuvas, raios e intempéries totais. O que ocorre quando é feita uma fiscalização no local? Dizem: “Ele só pode ir até aqui.” Ocorre que, em caso de acidentes, se o funcionário precisa olhar a região com binóculos e dar informações, vai até ultrapassar o local em que ele se encontra, insalubre e perigoso. A empresa sempre vem com esse argumento, de que o local é provisório. Tudo, na CET, é provisório. Até quando vamos ficar com esse provisório? Temos de partir para a luta.

É por isso que estamos aqui, reivindicando melhores condições de salário e trabalho. Queremos trabalhar para o benefício da própria cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Sr. Amâncio, peço desculpas pela inscrição indevida, mas o seu nome aparece na lista de pronunciamentos. Foi por esse motivo que o senhor foi chamado.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Moraes, diretor de representações.

O SR. MARCELO MORAES – Boa tarde, nobres Vereadores e senhores presentes.

Primeiramente, agradeço o convite da comissão para estar presente aqui.

Como diretor eleito pelos empregados da CET, tenho um breve relato a fazer, quanto ao que

cada um tem passado para a diretoria de representações.

Nós, dentro da diretoria, temos recebido e acolhido todas as solicitações que nos chegam e acompanhado todos os casos que envolvem questões de agressões a agentes da CET.

Em 30 de novembro, foi marcada definitivamente a nossa história, porque o nobre Vereador Paulo Fiorilo apresentou um projeto representativo para todos os empregados. Queremos trazer à tona todos os problemas que envolvem as nossas atividades do dia-a-dia.

Muitas solicitações já vinham sendo discutidas com a companhia. Já é de conhecimento do próprio Ministério de Trabalho, dentro da classificação brasileira de ocupações, de que há reconhecimento das atividades do agente de trânsito. Estamos expostos a intempéries e situações de stress.

Sempre cobramos para que houvesse ações mais efetivas dentro da nossa empresa, da Companhia de Engenharia de Tráfego, para que elas pudessem resultar em ações preventivas e reparadoras, dando tranquilidade aos empregados, para que possam desenvolver suas atividades com mais segurança e respaldo.

A Companhia dá assistência aos empregados. Cobramos que essas ações sejam mais efetivas e mapeadas. Queremos que haja ações no sentido da prevenção, dando mais segurança aos empregados e agentes fiscalizadores de trânsito, agentes públicos. No exercício de suas atividades, estamos representando a Prefeitura do Município de São Paulo. Então, todos precisamos ter respaldo, para que possamos exercer a fiscalização.

Estamos vivendo um momento quando todas essas questões relacionadas ao trânsito têm sido cobradas com bastante ênfase; têm sido cobradas pela população, mas também têm sido cobradas dos agentes.

Naturalmente, essas ações demandam uma atividade maior de exercício do agente da CET, e uma exposição maior dele.

Então, acho que o projeto envolve a questão dos 12% de gratificação que, lógico, tem de ser uma coisa discutida. Ninguém está aqui colocando propostas que não possam ser discutidas, que não possam ser debatidas, mas envolvem também outras questões de ações jurídicas, de respostas que os empregados da Companhia pedem. É o que nós recebemos como demanda, dentro da Diretoria de representação.

No último dia 12 de março, inclusive apresentamos um relatório, em reunião de diretoria, para que se pudessem criar procedimentos, padronizar ações, dentro de todas essas questões que envolvem os agentes da CET. E, enfim, são respostas que estamos encaminhando, esperando que elas possam ser, de fato, mais disseminadas dentro da Companhia, e trazidas para a população, como uma resposta de que, se bater, se agredir, isso não vai ficar impune.

Hoje, há um sentimento dos empregados quanto à impunidade. Sabemos que muitas questões dependem de ações da Justiça. Mas os empregados pedem que essas ações possam ser mais transparentes, que eles tenham mais retorno daquilo que está sendo encaminhado, e um tratamento pós-traumático.

Hoje, sentimos assim: o problema da saúde mental, dentro do quadro da CET é um problema grave que precisa ser tratado, precisa ser olhado com outros olhos. Os empregados não podem trabalhar em situações como essa, em condições como essa. Eles precisam ter um respaldo maior para essa atividade.

Quanto à questão da gratificação, vejo que é uma reparação por aquilo que cada um dos agentes passa no dia-a-dia.

Outras ações, elas podem ser preventivas ou reparadoras daquilo que cada um, infelizmente, já passou por essa situação e vai necessitar de ter esse tipo de acompanhamento.

Então, acho que o debate é importante, mais gostaria que os colegas pudessem colocar seus questionamentos; acho que se deve aproveitar o momento dessa audiência, antes inclusive de ela ser encaminhada para votação, para que possamos ter aqui algo de concreto dentro dessas ações que foram colocadas.

É isso o que tenho a dizer.

Obrigado pelo convite, pela oportunidade.

Um bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradecer ao Marcelo Moraes. Obrigado pela exposição e pelas preocupações apontadas, na qualidade de representante dos funcionários na diretoria da Companhia.

Vamos chamar, neste momento, o Sr. Souza, Presidente do CRE / CET, para fazer uso da

palavra, a quem agradecemos pela presença.

O SR. SOUZA - Em primeiro lugar, boa tarde à Mesa e a todos os presentes. Agradecemos ao empenho dos nobres Vereadores e ao pessoal da Companhia, assim como à iniciativa do projeto pelo Vereador Paulo Fiorilo.

Como já falei na outra audiência, nós vimos, desde o projeto, entrando em contato com o Gabinete do Vereador, e também trazendo várias denúncias.

O que acontece? No Conselho, tudo o que acontece - qualquer tipo de agressão, qualquer coisa - bate lá no Conselho de Representantes: são xingamentos, são ameaças. E sempre orientamos a fazerem boletim de ocorrência e procurarem o Departamento Jurídico da empresa, para que ele tome as providências e leve isso até o fim - e não sentimos isso: sentimos que, quanto aos problemas, não temos um respaldo efetivo de o agressor realmente ser punido mesmo.

Então, desde há muito tempo - desde quando o Moraes era o Presidente do Conselho e eu era o Vice-Presidente, já há três anos, desde quando colocamos o pé no Conselho -, vimos entrando em contato com a empresa, e tentando criar uma norma interna, para que exista um procedimento para os casos de agressão, casos de ameaças, porque, quando as pessoas saem na rua, não podem deixar a família em casa. A gente vem para fazer nosso trabalho, e eu posso garantir que aqui, todo mundo, 100% das pessoas que trabalham na rua têm isso no sangue mesmo, porque vai para ajudar a população. A multa, a autuação é uma consequência do nosso trabalho. Isso aí todos sabem - eu só gostaria de reforçar aqui nesta Casa, agora, porque é o momento que temos para colocar isso e também para pedir aos representantes da Companhia verem isso, a questão que o Vereador colocou, do projeto, de uma parte que é a financeira, e a outra parte que é a de procurar evitar esse tipo de agressão; que a companhia tome providências, principalmente em questões principais.

Vou dar um exemplo: Na GET - 5, recebemos várias reclamações, no Carnaval, que estavam, durante a madrugada, mandando os operadores sozinhos, em uma viatura, escoltar carro alegórico, no fundão da zona Sul - um perigo. E as pessoas, a gente sabe que, no Carnaval, estão alcoolizadas, existe todo tipo de gente envolvida com esse tipo de Carnaval.

Partimos sempre do princípio de que todas as pessoas são boas, mas, dependendo de onde você vai, dependendo do local aonde se vai, corre-se um risco. E existe essa questão das páginas do Orkut que incitam as pessoas a agredirem os operadores, e a empresa não se posiciona contra essas coisas. Quando há uma matéria, alguma coisa no jornal, não se posiciona, para chegar, para questionar, para dizer que o infrator, que a pessoa que está agredindo, que a pessoa que está ameaçando ela pode ser punida em tal lei, em tal artigo, certo?

Então, foi por isso que, a partir da colocação do projeto de lei, começamos a entrar em contato, e estamos discutindo isso, há muito tempo.

Assim, gostaria de pedir aos representantes da empresa para que dêem uma olhada no projeto e tentem, que discutamos esse projeto melhor, para que esse projeto seja aprovado e sancionado também pelo Prefeito.

Agradeço a todos, agradeço a Mesa e era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer as palavras do Sousa, que é Presidente do Conselho de Representantes dos Empregados da CET. Quero chamar neste momento o Ednei, que é Secretário do mesmo Conselho, para fazer uso da palavra.

O SR. EDNEI - Boa Tarde, nobres Vereadores, representantes da empresa, colegas que estão aqui hoje.

Nossa segunda audiência, eu trouxe aqui, são os dois volumes de todo material que nós colhemos para poder montar, para poder trazer para cá, para montar o processo, o projeto de lei. A gente não sabe se todo mundo já viu, mas aqui nós temos agressões, homicídios, desacato, ameaça e roubo. Todo nosso material está aqui, as reportagens também e como disse o Sousa, no dia a dia no Conselho a gente recebe mais informações.

Outra coisa que vem preocupando o Conselho é que na nossa função de orientar, de operacionalizar o trânsito, a prática que tem sido um tanto quanto comum, é o apoio da CET, da operação em algumas operações do policiamento e também da fiscalização da Prefeitura onde nós participamos da operação PSIU e mais recentemente de ações de fiscalização do pessoal do policiamento no famoso pancadão, essas festas que são promovidas aí. Hoje estamos lá fazendo um bloqueio, fazendo orientação do trânsito, o pessoal do policiamento

está lá fazendo o trabalho deles, o pessoal da fiscalização da Prefeitura está fazendo o trabalho deles e amanhã nós estamos no mesmo bairro durante o dia fazendo o nosso trabalho na operação, ou em rota ou em ponto fixo. Na noite anterior nós estávamos lá e o pessoal já olha e fala: "Aquele cara estava ali ontem na nossa festa". É mal recebido durante essa operação, durante essa própria operação já existe aquela ameaça, não vão ameaçar ostensivamente porque o pessoal do policiamento está do lado, mas já existe uma ameaça e amanhã a gente está na mesma área fazendo fiscalização. Já falamos na última audiência dos casos que já ocorreram, já conversamos sobre isso, já conversamos nas áreas sobre isso e novamente nós pedimos o apoio, vamos dizer assim, dos nobres Vereadores, primeira votação foi por unanimidade nesta Casa, onde conseguimos aprovação na íntegra do projeto de lei, e nós pedimos novamente esse apoio. Não é a questão única de salário, é do percentual que vai ter, mas voltamos a dizer: assistência jurídica, assistência psicológica. Nós temos colegas que ainda estão de licença médica, isso há mais de dois anos, por conta de agressão, por conta de tiros e o pessoal não consegue voltar para a rua, tem medo de voltar para a rua e nós não temos essa assistência hoje. Nós temos assistência social dentro da empresa, do VAI(?), que faz a visita e tudo o mais, nós temos psicólogos, psiquiatras no nosso plano de saúde, mas, como diz o projeto de lei, custeado totalmente pela empresa. Hoje se vou fazer uma consulta a gente tem que estar custeando isso. Então que possa passar novamente por esta Casa este projeto, sendo aprovado, esperamos agora a sanção do nosso Prefeito e não só isso, mas, também, o termo da comunicação, a parte que diz lá da nossa comunicação que hoje, infelizmente, deixa muito a desejar e nós não conseguimos atender na totalidade como atendíamos há algum tempo por conta desse sistema.

Quero agradecer novamente ao Vereador Paulo por ter levado adiante este projeto e a todos os Vereadores que nos deram esse apoio na primeira votação e esperamos que na segunda também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer as palavras do Ednei, Secretário do Conselho dos Representantes e Empregados da CET.

Quero perguntar ao Vereador Paulo Fiorilo se deseja fazer mais alguma consideração antes da gente passar para os representantes da companhia? (Pausa) Não. Vou perguntar ao nobre Vereador Ricardo Teixeira se quer fazer algum comentário? Tem a palavra o Vereador Ricardo Teixeira, antes que a gente passe a palavra para o Sr. Paulo Afonso de Castro e para a Sra. Terezinha de Camargo que aqui o acompanha representando a companhia.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Obrigado, Vereador Netinho. Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar aqui o Vereador Paulo Fiorilo por este projeto de lei. Acredito que todos os artigos foram discutidos bastante, todos pertinentes e necessários e a categoria pode contar comigo e com certeza a Bancada do PSDB vai ser trabalhada para a gente estar a favor dos funcionários da CET que fazem tantos trabalhos na cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer o Vereador Ricardo Teixeira, que tem a origem sabida por todos vocês, profissional da área de trânsito, engenheiro de trânsito e de tráfego da cidade, tem militado muito, nesta Casa, na busca de soluções legislativas para os nossos problemas de mobilidade.

Quero agradecer, inclusive, a presença dele nesta Comissão, que não é a Comissão de origem dele. Ele está na Comissão de Transporte aqui da Casa, mas veio para este debate com a gente. Obrigado pela presença.

Passo, neste momento, a palavra para o Paulo Afonso de Castro, para que possa fazer as considerações em nome da companhia, pois representa, nesta audiência pública, o Diretor-Presidente, conforme ofício transmitido ao Presidente titular desta Comissão, Vereador Wadih Mutran.

O SR. PAULO AFONSO DE CASTRO – Somadas às dificuldades que tenho de falar em público, há, também, a visão concreta dessas dificuldades aqui alegadas, e tenho consciência da necessidade de se fazer alguma coisa. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Existem impedimentos que eu aleguei da última vez, que nem vem ao caso repetir, mas que são de ordem financeira. Tenho impressão de que não há nenhuma intenção contrária ao atendimento dessa assistência jurídica e psicológica, a melhorar esse quadro de assistência, porque ela existe, mas desde que haja uma fonte de recursos. Essa aprovação deve vir acompanhada da indicação da fonte de recursos para dar atendimento necessário, suficiente

aos agentes. É dispensável alegar a preocupação que tem a empresa com essas agentes, é dispensável manifestar o nosso orgulho em relação a esse trabalho que eles desempenham na cidade de São Paulo e a necessidade de aprimorar essa atividade. Mas, também, não se pode desconsiderar a falta de recursos para esse fim.

É uma realidade que a gente tem, na qual se pisa, mas não há como sair dela no momento. Aí, podem dizer: "Não, mas existe o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito". Realmente, esse fundo está em regulamentação; mas seus recursos estão destinados exclusivamente à educação e desenvolvimento do trânsito. Então, como poderíamos desviar recursos desse fundo para contratar advogados, para criar um quadro de advogados exclusivamente para atender às necessidades dos agentes? No momento, é impossível pensar nisso – do ponto de vista financeiro. Administrativamente, é perfeitamente possível.

Se bem que as ações, hão de compreender, são ações de iniciativa pública; ou seja, faz-se a representação dos agressores, na forma do Código de Processo Penal, abre-se inquérito, e é levada à justiça em forma de portaria do delegado de polícia ou, inclusive, do Ministério Público. O andamento desse processo fica na justiça, e todos sabem como a justiça se encontra. Há excesso de processos, dificuldades materiais de processamento de dados, de informatização. A justiça não está aparelhada para atender ao volume de ações que chegam ao judiciário. Então, hão de compreender, também, que essa mudança não se faz de uma hora para outra. Se falta uma comunicação da empresa com o agente sobre o andamento do processo, é porque a empresa está sempre correndo atrás dos prazos e tudo mais. Há uma dificuldade muito grande.

Em relação à comunicação, acho que ninguém mais do que a administração dessa empresa – e o Moraes está aí para atestar isso – sofre com essa dificuldade, com a ausência de um meio de comunicação adequado. Estamos, agora, para sofrer o rompimento de um fornecimento da Vivo, do meio de comunicação de que hoje a empresa, que é já obsoleto em relação ao que poderia ser, mas que é o mínimo necessário. Mas, gente, essa semana ainda, certamente, haverá a rescisão desse contrato. E a empresa, num processo de contratação emergencial, de urgência urgentíssima, trabalhou na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado. Estão sendo feitas justificativas, porque o Tribunal de Contas também não nos dá um crédito necessário. Sofremos inquéritos, sofremos solicitação de informações, de explicações. Hoje, os advogados mais experientes do nosso jurídico têm-se ocupado, em cerca de 40%, 50% do seu tempo, em responder aos processos do Tribunal de Contas.

Então, coloco-me no lugar de vocês e, ao mesmo tempo, não posso deixar de considerar essa situação por que passa a empresa. Eu trabalhei no Estado por quase 30 anos e não me lembro de ter passado por tantas aflições, por tanto desespero e trabalhos que começavam às 8 horas da manhã e terminavam a jornada às 22 horas, vendo uma chefe da assessoria jurídica voltar aos sábados – quase todos os sábados de todos os meses do ano – para atender à necessidade, ao volume de expediente de trabalhos que se processa dentro dessa empresa.

É uma empresa muito complexa, que tem atividades diversas, como vocês sabem, e de uma complexidade enorme. E estamos, agora, às vésperas de incorporarmos mais uma atividade, sem os devidos meios materiais necessários. Então, falo não representando a empresa, mas representando uma realidade que a gente vive, dizendo o seguinte: olha, se tiver que aprovar... Eu não venho falar de direito, de inconstitucionalidade, nada disso.

Eu venho só dizer o seguinte: se for para ser aprovado esse projeto, que pelo menos fique indicada a fonte do seu custeio. Porque a forma, a gente sabe muito bem que é possível; em questão de dias ou meses se pode chegar lá. Agora, não dá para ser feito nada sem os devidos recursos.

É o que eu tenho a dizer no momento. Agradeço a atenção, e principalmente por não ser vaiado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradecer as palavras do Paulo Afonso de Castro, aqui lembrando da última passagem aqui, em que ele foi agraciado com um coro, mas coro daqueles que querem discutir. Com certeza, nenhum dos agentes que aqui estiveram; nenhum dos profissionais que atuam na CET quis agredi-lo, mas sim discutir algo com que estão preocupados, não para si, mas para todos. Esse é o bom debate, o debate em que todos têm oportunidade de falar.

Quero perguntar à Terezinha de Camargo se quer fazer uso da palavra, está à disposição. Obrigado.

A SRA. TEREZINHA DE CAMARGO - Em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Acho que eu tenho um papel a cumprir, sim, nesta administração e não poderia deixar de aproveitar o espaço para trazer alguns esclarecimentos, e, obviamente, reconhecer que o pleito dos empregados da CET, não acho nem um pouco absurdo, no entanto, o projeto de lei, no meu entendimento, trata de duas questões bastante complexas. Uma diz respeito a como minimizar, eventualmente, a agressão que um trabalhador da CET possa vir a sofrer numa cidade como São Paulo onde todos nós somos agredidos o tempo inteiro, principalmente porque o espaço público está cada vez menor para compartilhar com todos dentro da sua necessidade.

Nesse aspecto, pensar uma gratificação eu acho bastante complicado; olhar a dimensão do conflito pensando que a gente pode reduzir ou minimizar suas conseqüências a partir de uma gratificação. Então, não gostaria de explorar muito com vocês esse não sei se "princípio" do projeto de lei, de constituir uma gratificação. Eu pensaria muito mais em abrir um diálogo. Aliás, acho bastante salutar a postura que vejo hoje nesta Casa, de realmente abrir o diálogo em torno dessas duas questões bastante complexas, que é, de um lado, a questão do conflito, e de outro, a questão do cuidar do ser humano a partir de uma experiência de ter sofrido uma agressão.

Então, eu gostaria de explorar um pouco mais o segundo aspecto do projeto de lei que diz respeito ao cuidado das pessoas quando passam pela agressão. Em relação a isso, cabem alguns esclarecimentos iniciais em relação à política que a CET adota para tratar desta matéria. Como disse o Moraes, a CET mantém uma política; ela pode não estar ainda suficientemente consistente e ampla, no entanto nós temos, de um lado, o atendimento médico quando qualquer empregado nosso sofre alguma lesão física, e neste sentido, esclarecendo ao Claudinei, o empregado não participa com qualquer valor. A nossa política é que quando um empregado nosso sofre uma agressão, isto é entendido como acidente de trabalho, e tanto neste como em qualquer acidente de trabalho, quem custeia totalmente o atendimento é a Companhia e o empregado não tem qualquer participação. Então, nós temos o atendimento médico; temos o atendimento psicológico dado tanto por psiquiatras como por outros profissionais psicólogos. E aí, entendemos que precisamos refinar e aprofundar o olhar, sim, como disse o Moraes. É preciso olhar para o atendimento psicológico e o atendimento psiquiátrico pós-traumático com uma especialidade e uma profundidade que não é qualquer profissional que sabe lidar. E neste sentido, nós estamos trabalhando fortemente para ampliar os nossos parceiros, na rede de assistência médica, para identificar pessoas que tenham a devida qualificação para atender (um quadro) pós-traumático. Já temos duas clínicas cadastradas com esta finalidade, e obviamente, reconhecemos que temos de ampliar.

Uma terceira vertente de atendimento dentro da política é o atendimento judicial. Quando o Dr. Paulo fala que a gente não tem condição de um quadro extenso de advogados, quero crer que a afirmação é no sentido de possibilitar que a gente dê cabo àquilo que alguém aqui disse que é: garantir que os agressores sejam punidos. No entanto, para dar o suporte aos nossos empregados quando são agredidos, acompanhando-os dentro de uma delegacia, iniciando o processo judicial e acompanhando o desenvolvimento dele, nós mantemos um quadro de advogados especializados na área criminal.

Além dessas três vertentes, há uma outra que também reconhecemos que precisa ser melhor aprofundada, sem dúvida, que é: instrumentalizar o profissional para lidar com a situação de conflito, posto que é uma realidade numa cidade como esta. Reconhecemos que olhamos para isso, tanto no processo de admissão - quando nós admitimos um empregado, há um trabalho de conscientização de fazer dar conta da escolha que se está fazendo, da profissão que se está escolhendo. Isso estará inserido no contexto de conflito.

Para reforçar essa linha de preparação, para lidarmos com conflitos, no programa de capacitação, há um módulo que objetiva instrumentalizar nossos agentes, para que não entrem em conflito. Isso não é suficiente. Merecemos aperfeiçoamento.

Essa abertura é muito boa. O diálogo tem de estar sempre aberto. Sempre que há necessidade, acolhemos e ouvimos tanto o diretor de representações, quanto o conselho de representantes dos empregados.

Os canais continuam abertos. Para essa dimensão, de como devemos cuidar de diversas pessoas, apenas, com entendimento, podemos avançar.

Tem de haver debates para olharmos com amplitude maior. Não acredito que uma gratificação

de 2% de salário minimize a condição de conflitos criada, nesta cidade, onde nossos agentes estão inseridos.

Muito obrigado pela oportunidade.

Espero que possamos dialogar mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Muito obrigado, Sra. Terezinha de Camargo. Suas palavras permitiram o aprofundamento da matéria.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo, proponente da matéria.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, primeiramente, nesta audiência pública, podemos dar um passo importante, para garantirmos minimamente avanços importantes e necessários para funcionários da CET.

Os pronunciamentos dos Srs. Paulo e Terezinha trazem enfoques diferentes.

O projeto tem dois grandes eixos. Quanto à gratificação, podemos fazer um grande debate. Vamos discutir se isso resolve ou ameniza a situação, se é ou não possível, e se há ou não fontes. Até a própria Comissão de Finanças e Orçamento, na qual eu e o nobre Vereador Netinho fazemos parte, pode trazer elementos importantes, para contribuírem com o aspecto que o Sr. Paulo apresentou, no sentido de serem indicadas fontes.

O Sr. Paulo apresentou a questão do fundo, que precisa ser normatizado. Olhando a arrecadação da Prefeitura, nos últimos três anos, podemos constatar que houve aumento de arrecadação com multas de trânsito, por exemplo. Em 2005, houve arrecadação de 350 milhões. Em 2006, de 391 milhões e, em 2007, houve arrecadação de 391,8 milhões. Esses valores poderiam fazer parte inclusive dessa indicação, mas não quero tratar desse ponto.

Podemos fazer um debate técnico com a área de Finanças da Prefeitura, com a presença do Sr. Secretário e com membros da comissão, até para discutirmos se há ou não uma prerrogativa, se é possível ou não legislar sobre esse aspecto.

Quero trazer aqui observações quanto ao pronunciamento da Sra. Terezinha. Sua preocupação é de todos nós aqui. Ela diz respeito a essa proteção em serviço, do ponto de vista do corpo jurídico e do apoio psicológico. Temos de avançar, para que funcionários tenham proteção.

Sra. Terezinha, aqui está o primeiro passo neste debate.

Por último, Sr. Presidente, nobre Vereador Netinho, o projeto trata de outra questão que pouco foi discutida ou abordada, a segurança do funcionário em seu trabalho diário. Um dos artigos que encontramos propõe o trabalho em duplas, principalmente à noite ou em áreas mais conflituosas. Esse tipo de ação não tem nenhum custo.

Não vamos discutir onde vamos retirar recursos, até porque há o corpo técnico de agentes fiscalizadores. Não há nenhum impedimento quanto a isso.

A partir dos dois debates, queremos construir canais de diálogo. Assim, Vereadores da Comissão, junto com o corpo da CET, indicados pela Presidência, podem dialogar onde é possível serem indicados avanços. Quem sabe, na aprovação do projeto, podemos garantir sanção de artigos que podem ser importantes para a segurança ou para o bem estar dos funcionários da Prefeitura.

Sra. Terezinha, Sr. Paulo e Presidência da CET, deixo aqui uma sugestão. Acredito que, com a ajuda do líder do Governo e com a bancada do PSDB, aprovemos essa matéria.

Antes da aprovação do projeto, em segunda, poderíamos dialogar junto com uma comissão ou sindicato, quais os pontos que são passíveis de sanção. Vamos ver o que podemos dar, como garantia, possíveis pontos que podem ser sancionados pelo Sr. Prefeito, na tentativa de se melhorar um pouco a proteção, se não do ponto de vista financeiro, que podemos oferecer aos funcionários da CET.

Queremos continuar esse diálogo, buscando entendimentos que a senhora mesmo já colocou. Podemos traduzir isso em ganhos para a categoria.

Quero deixar esse canal aberto, tanto com a presença dos nobres Vereadores Netinho e Ricardo Teixeira, Presidente do Sindicato e outros Vereadores da Casa, junto à CET para que pudéssemos de fato ter aqui um passo importante para concretizar a garantia dos funcionários, quem sabe também os valores propostos nesse projeto de lei, que podem ser inclusive discutidos, rediscutidos e até quem sabe chegarmos a um acordo, a uma proposta que contemple os dois lados e tenhamos ao final uma proposta que vai ajudar os funcionários da CET e à cidade de São Paulo.

Queria deixar essa sugestão, até porque não vamos encerrar esse debate, este é mais um

debate e quem sabe a partir dele possamos dar os passos necessários para termos o projeto aprovado e sancionado pelo Prefeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Quero agradecer as palavras do Vereador Paulo Fiorilo. Antes de encerrar, gostaria de passar a presidência ao Vereador Paulo Fiorilo, para que na qualidade de Vereador tecer breves considerações daquilo que julgo importante neste momento que é os vereadores também colocarem suas preocupações para que efetivamente o que realizarmos na redonde em proposições capazes não só da sanção do Prefeito, mas capazes de traduzir após desta sessão em benefício daqueles que demandaram a Casa naquele momento. Quero passar a presidência ao Vereador Paulo Fiorilo.

-Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO – Para ser bastante sintético na nossa exposição, a última abordagem do Vereador Paulo Fiorilo apontou três tópicos em que o projeto atua. Um atua na questão remuneratória, um segundo que trabalha em todo um apoio jurídico, psicológico, atendimento primário e secundário ao conjunto dos servidores que estão expostos à situação de risco e, terceiro, que é uma disciplina para dentro da empresa que permita que os profissionais estejam menos expostos a essa insegurança a partir do momento em que trabalhem em duplas.

Eu vou trazer uma questão que foi colocada na audiência pelo Souza, em que solicita uma norma interna. E aí reside um grande debate do Parlamento. O Parlamento tem de legislação naquilo em que sua obrigação impera. No caso das normas internas da companhia, a empresa tem de ter na qualidade de seu debate democrático a constituição de normas internas que garantam isso.

A Terezinha foi precisa em apontar onde essa discussão deve acontecer na companhia. A representação dos trabalhadores, seja na diretoria, seja o conselho constituído também aponta isso. E por que estou tratando desse assunto? Para que dúvida não fique no que cada um pode e deve fazer. Há um espaço grande a ser percorrido e vem sendo percorrido diariamente pelos representantes, porque na palavra do atual presidente do conselho de representantes anunciou que o atual diretor de representação dos empregados foi presidente daquele conselho. O que mostra que essa representação dos empregados tenha assento na diretoria da empresa, no conselho que dirige a empresa. Por que digo isso? Esta Casa tem de funcionar com o debate, mas nem sempre a solução desse debate está na deliberação deste plenário. Pode sim ser suporte interessante para trazer idéias, informações e conhecimento, mas nem sempre é a partir da proposição legislativa votada neste plenário que o resultado daquilo que se espera acontece. Por que estou insistindo em falar isso? Para que a gente não crie falsas expectativas no que se pode e no que se deve.

O Vereador Paulo Fiorilo, quando apresentou a matéria, fez questão de apontar para a Cidade, via seu mandato, uma preocupação que o mandato tem e esse debate se iniciou de uma maneira não tão calorosa ao Dr. Paulo, mas responsável nessa relação. Por que digo isso? Só o fato das duas audiências públicas terem acontecido e outros olhos se abrirem a isso, é permitido quem sabe uma solução com mais luzes, com mais observação, com mais participação dos atores desta cidade. Senão, ao final, parece que o esforço do Parlamento na discussão, nas audiências públicas, na mudança em substitutivos, até no veto do chefe do Executivo, qualquer que seja o Executivo, de situação a este Vereador que apontou, de Oposição a este Vereador que apontou, não valeu o curso percorrido.

Estou trazendo isso como contribuição porque antes desse debate, na preparação da audiência pública, o Vereador Paulo Fiorilo me procurou e pediu que eu participasse da audiência pública junto com ele e presidisse parte dela. Foi o que eu fiz. O que importa na essência do Parlamento é essa socialização do conhecimento que pode traduzir em resultados melhores, seja nas normas internas da companhia, seja na legislação que comporte o fundo aprovado por esta Casa no final do ano passado, seja na regulamentação que será feita pelo Chefe do Executivo e na capacidade que terá de reconhecer outros avanços necessários, mas em todas elas a gente vai reconhecer que o Parlamento ali esteve, discutindo o fundo que foi criado pelo Parlamento, discutindo regras de proteção dos trabalhadores, os direitos sociais dos trabalhadores, com toda responsabilidade. Sabendo muitas vezes da dificuldade que é apresentar proposições e um vereador do lado vai chegar e dizer que está reconhecendo uma inconstitucionalidade no vício de iniciativa de ter a gratificação. Sim, mas a inicial do projeto é

para gerar essa polêmica necessária ao debate.

Nem sempre o resultado é o espelho do projeto apresentado. Espero que nunca seja, até porque a sabedoria dos parlamentares que aqui apresentam suas matérias não é infalível. Isso é importante para nós. Temos capacidade de escutar e sintetizar, nas próximas matérias, aquelas que se agregam a essa, especialmente, a qual estamos tratando, porque estamos discutindo, nos dois últimos meses, referente ao trânsito, transporte e mobilidade. Esta Casa tem uma grande responsabilidade quanto a isso.

Por que disso isso? Porque o debate para nós é importante. Dados e informações trazidos pelos senhores têm de gerar conhecimento, a partir de agora.

Agradeço o Sr. Presidente por ter me convencido a participar deste debate. Agradeço também os profissionais da CET, sejam indicados pela direção, sejam os que vieram motivados por esse debate tão importante.

Agradeço o nobre Vereador Paulo Fiorilo, que nos deu a oportunidade de explorarmos uns aos outros. Tal exploração positiva rende ao parlamento boas leis. Se não render boas leis, boas instruções, para que outros façam isso em forma de normas ou Regimentos Internos, comportando aquilo que o conjunto quer, não o que o indivíduo quer.

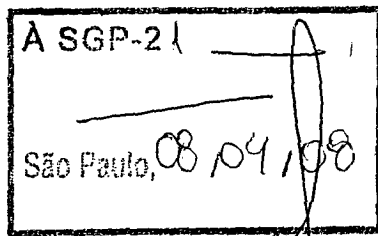
O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes de encerrar os trabalhos, passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Vereador Netinho, conforme havíamos combinado, para que possa haver sanção do projeto.

- Assume a Presidência o Sr. Vereador José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradeço a presença de todos os presentes. O nobre Vereador Paulo Fiorilo, proponente da matéria, já sugeriu que continuássemos o debate. As portas da liderança do Governo estão abertas para esse e outros debates, em especial esse, onde, carinhosamente, encontramos os profissionais da CET, indicados pela direção ou que estão apenas apoiando a Companhia. Certamente, eles estarão presentes em outras oportunidades.

Muito obrigado, nobre Vereador Paulo Teixeira, pela sua presença, ao representar a Comissão de Transportes. Quem sabe, nos próximos dias, amadureceremos essa questão e conquistaremos espaços dentro da Companhia, para um próximo debate, garantindo a consolidação de pontos em lei, não apenas para a Companhia de hoje, mas para a Companhia de sempre.

Estão encerrados os nossos trabalhos.



Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15